

## Julho

**[17 a 22] XVI Congresso Internacional de Psicoterapia de Grupo, em São Paulo.** Organização: International Association of Group Psychotherapy - IAGP e Federação Brasileira de Psicodrama - FEBRAP. Para maiores informações acessar o site: [www.eventus.com.br/iagp](http://www.eventus.com.br/iagp) Secretaria e Informações e-mail: [iagp2006@eventus.com.br](mailto:iagp2006@eventus.com.br) Telefone: (11) 3361-3056 Fax: (11) 3361-3089

**[13 a 19] Encontro Nacional de Saúde Mental – a reforma psiquiátrica que queremos: por uma clínica antimanicomial.** Local: UFMG - Belo Horizonte/MG. Informações pelo site: [www.pol.org.br/saudemental](http://www.pol.org.br/saudemental).

**[16 até 21] 26th International Congress of Applied Psychology.** Local: Athens, Greece. Informações pelo e-mail: [icap2006@psych.uoa.gr](mailto:icap2006@psych.uoa.gr) ou [marmaluf@ajato.com.br](mailto:marmaluf@ajato.com.br) ou site: [www.iaapsy.org](http://www.iaapsy.org) e [www.erasmus.gr](http://www.erasmus.gr).

**[17 até 28] Curso de Inverno de Psicologia Hospitalar.** Local: Belo Horizonte / MG. Informações pelo telefone: (31) 8774-3028. E-mail: [psicologiahospitalar@yahoo.com.br](mailto:psicologiahospitalar@yahoo.com.br) site: <http://geocities.yahoo.com.br/psicologiahospitalar/>

**[18 até 22] 16º Congresso Internacional de Psicoterapia de Grupo.** Local: São Paulo – SP. Informações: site: [www.iagpcongresso.org](http://www.iagpcongresso.org).

**[21 até 23] 11º Congresso Brasileiro Multidisciplinar e Multiprofissional em Diabetes, II Simpósio Latino Americano de Educação em Diabetes.** Local: ANAD - Associação Nacional de Assistência ao Diabético, Rua Eça de Queiróz, 198 - Vila Mariana - São Paulo – SP. Informações pelo telefone: (11) 5572-6559, e-mail: [congresso@anad.org.br](mailto:congresso@anad.org.br) site: [www.anad.org.br](http://www.anad.org.br)

**[26 até 29] VII Congresso Brasileiro de Terapia Familiar / II Encontro de Pesquisadores da ABRATEF.** Local: São Paulo, SP. Informações pelo telefone: (11) 3361-3056 . E-mail: [abratef@eventus.com.br](mailto:abratef@eventus.com.br) ou site: [www.abratef.org.br/congresso](http://www.abratef.org.br/congresso).

**[26 até 29] II Congresso Brasileiro de Psicologia Organizacional e do Trabalho.** Local: Brasília/DF. Informações: e-mail: [organizacao@sbpot.org.br](mailto:organizacao@sbpot.org.br) ou site: [www.sbpot.org.br/iicbpot/](http://www.sbpot.org.br/iicbpot/).

## Agosto

**[9] O adolescente no laço social: elaborações teóricas e suas implicações para a prática.** Diálogo entre: Luis Antonio Laurelli (educador) e Rinaldo Voltolini (psicanalista).

Organização: Grupo de Apoio à Escolarização Trapézio. Local: Anfiteatro do Colégio Santa Cruz, na Av. Arruda Botelho 255 – Alto de Pinheiros. Valor: Público em geral R\$ 40,00. Professores da rede pública, estudantes e grupos com mais de 6 pessoas R\$20,00. Inscrições e informações pelo telefone: 3814-7446 com Mônica ou pelo site: [www.trapezio.org.br](http://www.trapezio.org.br).


**[21 a 25] XI Congresso Mundial de Saúde Pública e VIII Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva.** Local: Av. Ataulfo de Paiva, 1251, grupo 410, Leblon - Rio de Janeiro/ RJ. Informações pelo telefone: (21) 2512-0666 ou pelo e-mail: [inscricao@saudecoletiva2006.com.br](mailto:inscricao@saudecoletiva2006.com.br).

## Setembro

**[7 a 9] I Congresso Internacional / II Congresso Ibero-americano / I Congresso Brasileiro de Acompanhamento Terapêutico: “Singularidade, Multiplicidade e Ações de Cidadania”.** Local: UNIP-Campus Paraíso. Rua Vergueiro, 1211 São Paulo-SP. Informações: site: [www.congressoat.org.br](http://www.congressoat.org.br).

**I Jornada Sul-Sudeste de Saúde Mental e Trabalho.** Evento com apoio do CRPCampinas/SP. Inscrições até 15 de julho. Local e data ainda indefinidos. Informações: (19) 3243-7877.

# psi

jornal de psicologia  crp sp

número 148 • julho | setembro 2006

## Muito além dos manicômios

Luta pelos direitos humanos e questionamento de valores sociais originaram o movimento antimanicomial no Brasil



**02** **Editorial**

**03** **Formação** Estágios nas clínicas-escola aumentam a inserção do psicólogo no mercado de trabalho

**04** **Ciência e Profissão** Acompanhamento terapêutico consolida-se como campo fértil dentro das práticas clínicas

**06** **Conversando com o Psicólogo** Orkut, uma rede usada inadequadamente por psicólogos

**08** **Interior** São José do Rio Preto cria fórum com dez categorias da saúde para regionalizar os questionamentos sobre políticas públicas na área

**09** **Políticas Públicas** Psicólogos e educadores usam os espaços públicos para transformar as relações sociais e promover a cidadania

**10** **Orientação** CRP SP fiscaliza e constata irregularidades em empresas de recolocação profissional

**12** **Seção Aberta** Luta pelos direitos humanos e questionamento de valores sociais originaram o movimento antimanicomial no Brasil e no mundo

**14** **Questões Éticas** A importância das considerações éticas nas relações de trabalho

**16** **Um Mundo Melhor é Possível** Projeto social expande, através da dança, os horizontes de moradores na periferia de São Paulo

**18** **Opinião** Celso Augusto Schroder fala sobre os rumos da comunicação digital no Brasil

**19** **Nuestra América Latina** Os povos indígenas do continente tentam reação ao assédio civilizatório

**20** **Livros** Marcus Góes, psicólogo clínico, coordenador do Projeto Pólos da Paz da Área de Juventude e Segurança Pública do Instituto Sou da Paz e membro da Comissão de Criança e Adolescente do CRP-SP, comenta o livro "A Vida em Rebelião" de Maria Cristina G. Vicentin

**21** **Estante**

**22** **Mural**

**Agenda**



**Conselho Regional de Psicologia SP**

Psi Jornal de Psicologia CRP SP é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

**Diretoria**

Presidente | Maria da Graça Marchina Gonçalves  
Vice-presidente | Maria Ermínia Ciliberti  
Secretária | Andréia de Couto Garbin  
Tesoureiro | Elisa Zaneratto Rosa

**Conselheiros efetivos**

Andréa Torres, Andréia de Couto Garbin, Chica Hatakeyama Guimarães, Débora Cristina Fonseca, Elcimar Meire da Rocha Mantovani, Elcio dos Santos Sequeira, Elisa Zaneratto Rosa, Fátima Regina Riani Costa, José Roberto Heloani, Lúcia Fonseca de Toledo, Maria da Graça Marchina Gonçalves, Maria Cristina Barros Maciel Pellini, Maria Ermínia Ciliberti, Maria José Medina da Rocha Berto, Marilene Proença Rebello de Souza, Patrícia Garcia de Souza, Vera Lúcia Fasanella Pompilio

**Conselheiros suplentes**

Ana Paula Pereira Jardim, Adriana Eiko Matsumoto, Carmem Sílvia Rotondano Taverna, Daniela Fogagnoli, Elda Varanda Dunley Guedes Machado, Lumena Celi Teixeira, Maria Izabel do Nascimento Marques, Oliver Zancul Prado, Sandra Elena Sposito, Sueli Ferreira Schiavo, Valéria Castro Alves Cardoso Penachini, Zuleika Fátima Vitoriano Olivani

**Gerente-geral** Diógenes Pepe

**Comissão de Comunicação**

Coordenadora | Andréa Torres

Membros | Lumena Teixeira, Sueli Ferreira Schiavo e Oliver Zancul Prado

**Edição eletrônica** APY Comunicações Expandido Idiomas

(11) 3487-2092

**Jornalista Responsável** H Carrijo (MTB 17296)

**Colaboração** Liésio Pereira, Alexandre Almeida e Ana Paula Kuntz

**Projeto gráfico e Edição** Fonte Design (11) 3081-5892

**Ilustrações** Cláudia Gil e Juliana Migueletto

**Impressão** Gráfica Esdeva

**Tiragem** 55.000 exemplares

**Periodicidade** bimestral

**Sede CRP SP**

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América

cep 05410-020 São Paulo - SP

tel. (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306

**E-mails**

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br

Diretoria | direcao@crpsp.org.br

Informações | info@crpsp.org.br

Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br

Administração | admin@crpsp.org.br

Jornal de Psicologia | jornal@crpsp.org.br

Site <http://www.crpsp.org.br>

**Subsedes CRP SP**

Assis | tel. (18) 3322 6224, 3322 3932

Bauru | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020

Campinas | tel. (19) 3243 7877, 3241 8516

Ribeirão Preto | tel. (16) 3620 1377

Grande ABC | tel. (11) 4436 4000

Baixada Santista e Vale do Ribeira | tel. (13) 3235 2324, 3235 2441

São José do Rio Preto | tel. (17) 3235 2883, 3235 5047

Vale do Paraíba | tel. (12) 3631 1315

Expediente

“Avançamos muito no aspecto de reduzir o preconceito e discriminação. Hoje, o portador de deficiência mental participa mais das atividades da cidade, isso, sem dúvida nenhuma, é uma conquista da luta antimanicomial”

Ana Marta Lobosque

“Estando em companhia de um AT, muitos pacientes, que simplesmente não falam ou se recusam a sair do quarto, dão um grande passo adiante só por ir até a padaria da esquina tomar um café. A cidade é um grande recurso a ser explorado”

Leonel Braga Neto

“O contato com os usuários de espaços públicos pode ser revelador a respeito do comportamento, levando, inclusive, a conclusões sobre problemas sociais mais complexos”

Helena Magozo

“A recusa (de executar uma demanda profissional) é legítima quando se trata de intervenções que possam provocar discriminação, violência e opressão”

Patrícia Garcia



# Por uma vida sem manicômios



Queremos aproveitar um dos temas deste jornal para compartilhar com os psicólogos algumas reflexões sobre a nossa vida em sociedade e o lugar da Psicologia nela. Algumas questões sociais são, infelizmente, recorrentes, parecem mesmo intermináveis, insolúveis, eternas. A violência e a criminalidade crescentes, as rebeliões nos presídios e Febens, a corrupção, a discriminação e o preconceito, as mazelas nos atendimentos de saúde e na educação, a vida estressante nos grandes centros urbanos, o abandono das zonas rurais ou a expulsão dos povos da terra de seus lugares, a degradação do meio ambiente... Diante de tudo isso, há uma grande questão: como enfrentar o sentimento de impotência e contribuir para a solução dos problemas?

Nossa reflexão segue por aí e traz aqui, novamente, o desafio de pensar a vida sem manicômios. E quando dizemos isso, propomos a reflexão radical que pensa a tolerância com a diferença, a valorização da diversidade, a inclusão de todos os indivíduos na sociedade e o respeito à vida em todas as suas formas. Podemos pensar os manicômios como símbolos, talvez um dos mais cruéis, de uma concepção de sociedade que queremos ver banida para sempre. A sociedade que se pensa apartada, dividida, fragmentada e que entende que seus problemas, em vez de enfrentados, devem ser empurrados para longe, devem ser encarcerados, de preferência devem ser exterminados. A pergunta é: qual será o futuro dessa sociedade? Que sociedade restará no final dessa história?

Entendemos que já temos a resposta: uma sociedade com problemas recorrentes, intermináveis, insolúveis, eternos. E entendemos também que, de certa forma,

esta situação resulta da opção feita, a opção por apartar, empurrar os problemas para longe, exterminar em vez de incluir.

Não podemos entender de outra forma o resultado que encontramos na inspeção nacional realizada pelos Conselhos de Psicologia em conjunto com a OAB, por meio de suas Comissões de Direitos Humanos e de Criança e Adolescente, nas instituições responsáveis, nos Estados, por medidas socioeducativas de privação de liberdade, em muitos deles as famigeradas "Febens". Esse é, muito infelizmente, um dos problemas recorrentes, intermináveis, eternos. O relatório dessa inspeção aponta as péssimas condições de atendimento dos adolescentes em privação de liberdade, desde a falta de infra-estrutura mínima quanto a acomodações, alimentação e abrigo, até a falta de projetos educacionais claros e na direção de recolocar perspectivas de uma vida digna para esses jovens.

Pior, ainda foram verificadas situações de maus-tratos e tortura dos adolescentes encarcerados, em alguns casos com claros indícios de que se trata de práticas frequentes.

O que é isso que encontramos? Impotência de todos os responsáveis frente a um problema por demais complexo? Ou será, deliberada ou não, a opção por uma concepção de sociedade, aquela concepção que tem nos manicômios um de seus símbolos? Não será essa concepção que nos des-responsabiliza do cuidado com o outro, quando ele é muito diferente de nós? Que nos serve de justificativa para medidas que não gostaríamos que fossem aplicadas para nós ou nossos "iguais", mas que parecem ser adequadas para esses "outros"? Que nos faz tomar como natural ou inexorável aquilo que vai acontecendo, como se tudo que se passa não

fosse produto daquilo mesmo que fazemos e das opções que tomamos?

Entendemos que os problemas não são recorrentes por acaso, não são intermináveis porque têm vida própria, não são insolúveis por falta de solução possível, não são eternos porque a vida se repete. O que acontece resulta de posicionamentos e ações perante os fatos, perante os outros, perante as relações, perante a vida.

Quando falamos de uma vida sem manicômios falamos de outra concepção de sociedade, a que busca, na raiz, a origem dos problemas; a que busca as soluções, sabendo que sempre são possíveis e dependem apenas de vontade política; a que aposta na vida e em suas infinitas possibilidades de manifestação.

A Psicologia tem muito a fazer nessa perspectiva de sociedade, na defesa de condições dignas de saúde, educação, justiça, favorecedoras da convivência, também digna, da diversidade humana e da inclusão de todos os indivíduos na sociedade. Isso começa com a denúncia e a cobrança aos responsáveis da Reforma Psiquiátrica completa, com a criação da rede substitutiva de atendimento às pessoas com sofrimento psíquico intenso; do fim das Febens e do desenvolvimento de políticas socioeducativas e de proteção integral às crianças e aos adolescentes; da reformulação do sistema prisional e do sistema penal, com atenção a penas alternativas, além de políticas de reintegração do egresso do sistema penitenciário. E se estende sempre que a Psicologia se apresenta, com seu saber e suas práticas nos diferentes campos de atuação, em defesa de uma vida sem manicômios.

<sup>1</sup> Ver nota a respeito na seção "Mural"



# Estágios aumentam a inserção do psicólogo

**Formação profissional passa por mudanças que se refletem na sociedade e na ampliação do mercado de trabalho.**

As novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Psicologia consolidaram conceitos e experiências que já vinham ocorrendo no meio acadêmico, inclusive nos espaços para estágios. As clínicas-escola deixaram de ser vistas como meros espaços de aprendizagem prática para, além disso, assumir um papel de constante reflexão sobre as formas de articulação e composição entre os projetos político-pedagógicos e a realidade brasileira. Além da elevação no preparo teórico dos futuros psicólogos, há um ganho significativo em termos técnicos e práticos para a sua inserção na vida profissional.

O supervisor do Centro de Psicologia Aplicada da Unesp de Bauru, Luiz Carlos Caneo, explica a mudança que ocorreu nos últimos sete anos, quando o centro foi transformado em unidade auxiliar da Unesp. "Para nós, as novas diretrizes confirmam um tipo de prática que já vínhamos adotando. O Centro de Psicologia Aplicada já atendia não só a área clínica, mas também outras áreas como a educacional, de orientação profissional e do trabalho, organizacional, social e comunitária. É um centro que reúne não só as atividades de ensino, mas também de pesquisa e extensão", diz.

O CPA oferece programas de extensão como acompanhamento do desenvolvimento de bebês de risco - avaliação e orientação aos pais; POMT (Programa de orientação para enfrentar o mercado de trabalho), que atua com grupos de desempregados; e Psicologia Hospitalar - psico-oncologia, que dá atendimentos psicológicos e psicoterápicos a pacientes com câncer e seus familiares. O objetivo é aproximar o estudante de uma realidade menos privilegiada, por meio de parcerias com agências de recolocação profissional e, principalmente, órgãos públicos. "Os estagiários trabalham com grupos de desempregados refletindo com essas pessoas o por quê da falta de emprego, alternativas de enfrentamento do mercado e no sentido de diminuir a culpabilização", explica.

Entre os outros projetos do CPA, Luiz Carlos Caneo cita, também, os que são voltados para a Psicologia Social e Comunitária. São grupos de pesquisa compostos

por estagiários e docentes que realizam trabalhos em associações de bairro, instituições de menores em conflito com a lei e casas abrigo. "É uma área que vem crescendo. Observamos a importância desse tipo de atuação dos alunos e professores em função da realidade social precarizada. Os docentes da área têm uma participação expressiva na comunidade", afirma.

A diretora da Clínica Psicológica Ana Maria Poppovic, da Faculdade de Psicologia da PUC-SP, Felícia Knobloch, observa que o conceito de clínica ampliada - ou "extramuros" -, exige constante reflexão sobre as formas de articulação e composição dos projetos e o compromisso do sujeito em colaborar com o seu coletivo. "A cada ano, o Plano Anual de Atividades da Clínica é reformulado para adequar nossas práticas, mantendo-nos sensíveis às características do momento histórico e às demandas da população e das instituições. O enfrentamento de um mundo marcado pelas incertezas e pela necessidade de estratégias de intervenção baseadas em uma formação humanista e multidisciplinar impõe práticas clínicas integradas aos constantes ajustes requeridos pela realidade em permanente mutação", diz.

Felícia diz que a ênfase da formação profissional está em proporcionar ferramentas clínicas-institucionais aos futuros profissionais da saúde a fim de que participem da construção e implementação de projetos terapêuticos individuais, grupais ou institucionais em diversas situações. "Os alunos da graduação já atuam em parceria com vários setores da rede pública: unidades básicas de saúde, Programa Saúde da Família, ambulatórios de especialidades, hospitais, creches, abrigos, escolas, penitenciárias, atendimento jurídico, CAPS, ambulatórios de doenças crônicas e terceiro setor. As novas diretrizes vieram para consolidar e legitimar a forma como todos da área da saúde têm trabalhado a formação do psicólogo o que entendemos como compromisso ético-clínico-político no atendimento à comunidade", ressalta.

Segundo a Coordenadora do Centro de Psicologia Aplicada da Universidade Paulista UNIP - Campus Tatuapé, Rita Helena Cucê Nobre Gabriades, as novas diretrizes, com a abertura de espaço nos equipamentos públicos para os estudantes efetivarem a sua formação, deixam claro como é extensa a diversidade de atuação social do psicólogo e a própria demanda da sociedade. "Os estudantes podem experien-

ciar a nova realidade social que irão encontrar após a formação e podem ter bases para sua atuação posterior. Com esse preparo, força-se o mercado a dar espaço para essa atuação. O processo de evolução política da profissão abriu a possibilidade para que os serviços-escola das universidades participassem mais ativamente do processo social", diz.

Para a professora responsável pela área de Psicologia Clínica da Faculdade de Psicologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Tereza Iochico Hatae Mito, os alunos se beneficiaram diretamente com a mudança, principalmente, a partir da concepção de clínica para além de um espaço físico das instituições de ensino. "Ao entendê-la como uma postura, um modo de atuação que tem o objetivo de intervenção e minimização do sofrimento psíquico do paciente, o trabalho se amplia para além dos limites dos muros e aumenta as possibilidades de inserção profissional", acredita.

"Já temos o atendimento clínico em hospitais e pensamos em ampliar a parceria para outras instituições. Isso porque o psicólogo voltado para o trabalho em organizações tem hoje um mercado melhor definido. O profissional, que sai da universidade com preparo para atuar na área clínica de instituições, encontra mais possibilidades de emprego", afirma. "As áreas de estágio em Psicologia Clínica e Psicologia Institucional funcionam de forma integrada, com oferta de serviços tanto na clínica-escola quanto diretamente na comunidade, em escolas, instituições sociais e organizações", complementa. ●

*Entre os dias 5 e 7 de outubro deste ano, o Mackenzie vai sediar o 14º Encontro de Serviços-Escola de Psicologia do Estado de São Paulo, que tem como tema "Saberes e fazeres: caminhos da integração". A proposta do encontro é discutir, renovar e ampliar as reflexões sobre os caminhos e as perspectivas dos Serviços-Escola de Psicologia. No evento, supervisores, professores, estagiários e estudiosos de diversas instituições de ensino poderão trocar experiências e promover a integração nos níveis institucional, profissional e acadêmico sobre as questões de formação e prestação de serviços psicológicos à comunidade.*

# Acompanhamento terapêutico: a clínica vai às ruas

A atividade consolida-se como campo fértil dentro das práticas clínicas.



Criada como alternativa à internação, o acompanhamento terapêutico consiste, basicamente, em atender fora do consultório pacientes sem condições de sair de casa. Em casos de dificuldades mentais, como psicoses, ou mesmo motoras (desde que acarretem dificuldades de ordem psico-afetiva), como estados pós-operatórios, o acompanhante terapêutico vai onde está o paciente para ajudá-lo a voltar a interagir com o mundo. Quem tem experiência no assunto garante que o ponto-chave está na relação de confiança entre o paciente e o profissional.

“Com um pouco de ousadia, jovens profissionais que, em início de carreira, ocupavam-se de levar internos para passear descobriram que entrar na intimidade do paciente é algo revelador. Uma caminhada pode ser o início de forte vínculo, através do qual o AT consegue informações importantes para a continuidade do tratamento”, explica Leonel Braga Neto,

supervisor de acompanhamento terapêutico do Instituto Therapon, que atende adolescentes em São Paulo. “Estando em companhia desse profissional, muitos pacientes que simplesmente não falam ou se recusam a sair do quarto dão um grande passo quando conseguem ir até a padaria tomar um café. A cidade é um grande recurso a ser explorado.” Aos poucos, eles descobrem os serviços que estão ao redor, como comércio, restaurantes, igrejas, ônibus e praças.

Fruto do movimento antipsiquiátrico, nascido na década de 50 na Europa e nos Estados Unidos, a atividade chegou à Argentina no final da década de 60 e só depois, em meados da década de 70, começou a ser experimentada no Brasil como alternativa aos manicômios e hospitais psiquiátricos para pessoas em crises psicóticas. Especificamente, em São Paulo, o trabalho dos então chamados “amigos qualificados” chegou através da psicanalista

argentina Beatriz Aguirre, que implantou o hospital-dia A Casa, em 1979.

Embora a denominação tenha mudado para evitar confusões, a essência da atividade continua a mesma: evitar o confinamento, trabalhar as dificuldades de relacionamento e convívio social. Hoje, o acompanhamento terapêutico se consolida como uma atividade mais que necessária. Por ser nova, não há muitos especialistas, e por ser eficiente, tem grande demanda. “Esse é um campo fértil. Há grande necessidade no mercado de trabalho de profissionais com essa formação”, diz Julio César Ramos de Oliveira, supervisor de acompanhamento terapêutico do instituto A Casa.

O trabalho do acompanhante terapêutico pode parecer tranquilo. Afinal, as atividades realizadas com o paciente podem ser uma caminhada no parque, um passeio no shopping, uma ida ao cinema, uma aula de cerâmica, uma viagem ou qualquer ou-

tra coisa da qual o paciente precisa que possa fazer parte da sua rotina. Mas o atual modelo social conspira para a reclusão de boa parte das pessoas: aciona-se serviço de entrega em casa de refeições, acessa-se o mundo pela internet, assistem-se a filmes via satélite. Para quem sofre de psicoses, depressão ou fobias, realizar as atividades básicas do dia-a-dia pode ser ainda mais complicado. "Dependendo do grau de comprometimento, o ser humano não consegue deixar a clausura do seu quarto nem mesmo para ir ao psiquiatra. Nesses casos, o tratamento começa com o AT dentro do quarto mesmo", diz Julio César. "O objetivo é estimulá-lo a realizar suas atividades, e não forçá-lo. Essas experiências de 'ir para o mundo' são importantes para gerar confiança e autonomia necessárias para que o paciente realize seus projetos."

Segundo ele, o trabalho está em conseguir desenvolver uma rede de ampliação dos laços sociais, graças à qual o indivíduo passa a ir sozinho ao médico, ao dentista, a caminhar na praça, a se relacionar com a família. Para quem vive uma experiência tão sofrida e delicada, uma sessão não pode ser adiada para a semana nem o dia seguinte. Por isso, muitas vezes montam-se equipes de acompanhantes que se revezam entre si, caso haja imprevistos ou compromissos que não possibilitem que um único AT compareça a todas as sessões necessárias na semana. Isso porque a frequência e a duração dos encontros varia de acordo com o caso. É a avaliação do AT que determina quantas vezes por semana o indivíduo receberá a sua visita. "Não é o diagnóstico o mais importante. O principal é compreender os motivos da crise da pessoa adoecida que não consegue dar conta da própria existência", explica Julio César.

Contudo, o tema ainda não é disciplina regular nas universidades. "Essa 'infor-

malidade' é uma das principais dificuldades da atividade. Ainda há muito o que avançar", diz Leonel Braga Neto. A formação específica, destinada principalmente a estudantes de Psicologia, Medicina e Terapia Ocupacional, é adquirida em cursos fora das faculdades. De acordo com Rodrigo Blum, ex-presidente da ONG Atua, o trabalho do AT ainda sente falta de reconhecimento, principalmente no âmbito governamental.

A Atua participou, em 2004, do projeto da criação da primeira residência terapêutica da cidade de São Paulo. "Fizemos parte de uma equipe composta por profissionais da secretaria municipal da Saúde e do CAPS da Lapa na implantação de uma experiência pioneira, fechando oito leitos psiquiátricos do Hospital Psiquiátrico Charcot. Transferimos os recursos destinados pelo SUS a esses pacientes para uma residência terapêutica, estabelecendo uma residência para oito mulheres. Os ATs participaram da elaboração, construção, implementação e início da experiên-

cia. Saímos do projeto com a residência em funcionamento", conta.

Segundo ele, os projetos não deixam de se desenvolver apenas por falta de verba. "Captar recursos para projetos em saúde mental, sobretudo, com esse enfoque que o AT determina, não é nada fácil", reconhece. Mas ele pensa que os programas não se desenvolvem mais e melhor por uma carência de políticas públicas em saúde mental pela necessidade de ampliar os conhecimentos que o trabalho de acompanhamento terapêutico possui para oferecer melhor condição de saúde a uma população excluída dos laços sociais. "Esse é o investimento que a Atua acredita: desenvolver um trabalho implicado na busca de uma ação pública na linha da inclusão social."

Devido à importância do tema, os interessados têm uma oportunidade inédita: em setembro será realizado, em São Paulo, o primeiro Congresso Brasileiro de Acompanhamento Terapêutico ([www.congressoat.org.br](http://www.congressoat.org.br)). ●

## Cursos

**Instituto Therapon Adolescência:** Jornadas Temáticas (com duração de 4 encontros) sobre adolescência e clínica do Acompanhamento Terapêutico. contato: Marta Maria Okamoto e Déborah Sereno - Tel.3672-4276

**Ong Atua:** para aqueles que já têm algum conhecimento sobre o tema, ocorre uma vez por ano com dez aulas (uma por semana). E-mails: mauricioporto@uol.com.br, churegina@uol.com.br e iso@psicoway.com.br . Site: [www.atua.org.br](http://www.atua.org.br) .

**Instituto A Casa:** utiliza referenciais teóricos como psicanálise, história da loucura e psiquiatria, para formar profissionais na área de saúde mental. O curso é realizado em quatro módulos semestrais, com opção de estágio supervisionado. Tel: (11) 5574-0677. E-mail: [atcursos@acasa.com.br](mailto:atcursos@acasa.com.br). Site: [www.acasa.com.br](http://www.acasa.com.br).

**Projeto Humanitas:** curso dura um ano e meio, com aulas uma vez por semana, mais estágio de dois anos supervisionado. Tel: (011) 3875-5296. Site: [www.projetohumanitas.org.br](http://www.projetohumanitas.org.br) .



# Orkut é usado indevidamente por psicólogos

Rede promove as relações pessoais, mas pode ser instrumento para faltas éticas profissionais.

A internet passou de um instrumento de informação para se incorporar de vez na vida particular e profissional das pessoas como meio de socialização. A interatividade ganhou contornos globais graças a sites que permitem a troca de impressões. O mais recente fenômeno é o Orkut. Desde 2004, esse *boom* virtual tem sido acessado por milhões de internautas ao redor do mundo como uma rede de relacionamentos, na qual as pessoas criam perfis e se inter-relacionam, seja por afinidades ou por interesses em comum. É um veículo que tem sido usado, entretanto, com diferentes finalidade. No caso da Psicologia, existem grupos que discutem questões específicas tais como temas emergentes da Psicologia, Psicologia Organizacional e outros. No entanto, as comunidades e grupos também têm sido utilizados de forma inadequada por alguns psicólogos, que incorrem em equívocos éticos para atrair clientes.

Além de adquirir um perfil, o usuário do Orkut pode criar comunidades, dos mais variados temas e assuntos, onde os internautas se associam. E é dentro dessas comunidades, através de fóruns ou tópicos, que psicólogos vêm incorrendo em equívocos éticos para atrair clientes, chamando a atenção do Conselho Regional de Psicologia. O que deveria ser apenas um espaço público de troca de informações, acabou se tornando também um amontoado de práticas ilegais da profissão.

“Percebe-se que há um grande equívoco que é justamente a utilização do lugar socialmente reconhecido e dos saberes acumulados da Psicologia a favor da exposição de pessoas em benefício único do próprio profissional. E o que é pior, sem o consentimento daquele que acaba se tornando um cliente, num contexto que não foi estabelecido como de atendimento”, adverte Patrícia Garcia de Souza, presidente da Comissão de Ética do CRP SP.

Eduardo Honorato, psicólogo com formação em Psicanálise, de Santa Catarina, que faz parte do grupo de profissionais que debatem as irregularidades no Orkut, conta que pretende coordenar outro espaço, entre os mais de mil que existem com o termo “psicologia”, que se baseie no Código de Ética. Com a nova comunidade, espera-se criar um espaço de orientação dos profissionais para não incorrerem em irregularidades, preservando a saúde mental e emocional dos usuários virtuais e tendo o “Código de Ética” como sua maior referência. “A preocupação é fazer com que todos sigam o que é designado no código, atendo-se ao que

pode ser divulgado, a técnicas reconhecidas - quando o profissional quiser dissertar sobre técnicas não reconhecidas, que o faça no âmbito da pesquisa - e primordialmente, que não se façam alusões a estudos de casos reais”, diz.

A Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do CRP SP revela que tem muita gente se valendo do Orkut para divulgar seu serviço psicológico, recomendando às pessoas que procurem seu consultório. Em alguns casos, estariam até fornecendo apoio psicológico nessa rede virtual. Segundo a COF, há denúncias contra psicólogos que estariam induzindo o internauta a falar de seus problemas dentro de comunidades, expondo a fragilidade das pessoas. É o caso de uma comunidade denominada “Depressão”, na qual o psicólogo apresenta-se como profissional e se coloca à disposição para prestar algum tipo de serviço.

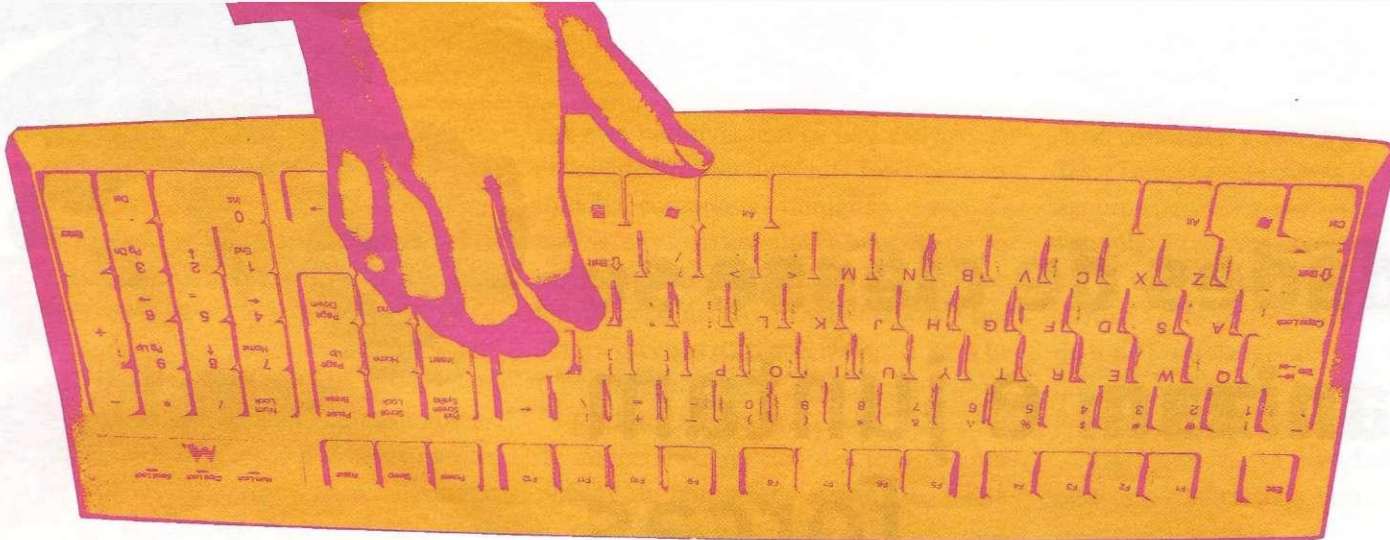
A epidemia do Orkut e seu uso irregular por alguns profissionais chegaram a tal ponto que há hoje um grupo de psicólogos brasileiros debatendo as práticas ilegais na rede. O que mais preocupa esse grupo é o fato de haver discussão, dentro das comunidades “orkutianas”, de ca-

sos clínicos, com descrição do atendimento, suas intervenções, os transtornos dos clientes, expondo os pacientes. Por ser um espaço a que qualquer um tem acesso, essa exposição coloca em risco a privacidade e a saúde mental e emocional do usuário, trazendo com isso problemas também éticos.

Oliver Zancul Prado, conselheiro do CRP SP, observa que é comum no Orkut as pessoas voluntariamente contarem seus problemas quando estão diante de alguém que se apresenta como psicólogo. Ele diz que o profissional, nessa hora, deve ter clareza de qual é o papel dele ali e não permitir que tal relação prospere nesse espaço. “E se alguém se identificar como psicólogo indevidamente pode sofrer um processo por exercício irregular da profissão”, acrescenta. A conduta mais adequada seria a de sugerir ao usuário que procurasse um psicólogo em sua cidade, ou se for o caso, outro serviço de saúde. Lembrando sempre que não é permitida a realização de atendimento psicoterápico via internet, exceto em caso de pesquisa.

Oliver ressalta que o problema mais grave é o psicólogo utilizar esse espaço para divulgar seu serviço, fazer sua publicidade e autopromoção. “O próprio Cód-





go de Ética explícita em seus artigos 19 e 20 a maneira como a publicidade profissional pode ser feita, e certamente, não é dessa forma”, aconselha.

Além disso, o novo Código de Ética do Psicólogo, que entrou em vigor em agosto do ano passado, delimita de modo específico que é vedado ao psicólogo prestar serviços ou mesmo vincular seu título a serviços, cujos meios não são reconhecidos nem regulamentados pela profissão. Tem-se buscado discutir e regulamentar a questão do atendimento psicológico mediado pelo computador de modo a acompanhar os avanços sempre prezando pela qualidade técnica e ética. Nesse sentido, já se têm parâmetros suficientes para que o psicólogo saiba que esse tipo de conduta é mais do que inadequada, é antiética.

A COF alerta que o psicólogo só pode fazer psicoterapia pela internet como forma de pesquisa e nesse caso deve seguir a legislação do Conselho Federal de Psico-

logia a respeito do assunto. Além disso, para os serviços que podem ser realizados através da internet, há limitações e a exigência de que o site do profissional tenha um selo do CFP permitindo a realização de alguns serviços. O selo indica sua condição de psicólogo inscrito no Conselho Regional e o autoriza, por exemplo, a desenvolver pesquisas que estejam aprovadas por comitê de ética em pesquisa filiado ao Conselho Nacional de Saúde. O selo também é a garantia de que o serviço prestado está de acordo com a regulamentação profissional.

Antes de ser credenciado pelo CFP, o site é avaliado por uma Comissão Nacional, e é conferido se seu responsável está regular no CRP. É preciso que esteja claro que o serviço virtual faça parte de uma orientação psicológica com número limitado de atendimentos. Depois de ser avaliado pela COF, os pareceres da proposta de serviço e de aprovação são levados

para análise da plenária. O selo tem um link de acesso ao portal do CFP, onde o usuário pode checar a legitimidade do site do profissional.

Patrícia Garcia recomenda que o usuário, na dúvida, procure se informar junto ao CRP se o serviço oferecido tem a anuência do Conselho, indicada pelo selo que é oferecido apenas para os serviços via internet que passaram pelo processo avaliativo. Todo este processo é necessário para que possa manter todos os serviços oferecidos dentro de condições técnicas e éticas. O selo, entretanto, não se aplica ao Orkut.

O aparecimento de novidades num ritmo acelerado pede que a Psicologia também traga para esses novos campos as referências éticas contidas no Código a fim de que se possa, cada vez mais, encarar novas possibilidades de realização de serviços em Psicologia sem perder de vista sua qualidade técnica e ética, uma exigência de ontem, hoje e de sempre. ●

INFORME PUBLICITÁRIO

**CURSOS  
DE  
EXPANSÃO  
CULTURAL  
2º SEMESTRE  
2006**

Áreas de  
Psicologia,  
Saúde,  
Educação,  
Filosofia  
e Arte.

**MATRÍCULAS  
ABERTAS**


Instituto Sedes Sapientiae  
Rua Ministro Godoy, 1484  
Perdizes/SP  
Tel: 3866-2730/31/32/33/34  
<http://www.sedes.org.br>  
e-mail: [secretaria@sedes.org.br](mailto:secretaria@sedes.org.br)

**Cursos 2º semestre 2006** **Início em meados de agosto/2006**

- ARTE DE CONTAR E OUVIR HISTÓRIAS NA CONTEMPORANEIDADE
- A CLÍNICA DO ADOLESCENTE: UMA COMPREENSÃO PSICODINÂMICA
- A EUTONIA E O CORPO DO TERAPEUTA
- A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA: DESORDEM OU CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA SUBJETIVIDADE?
- A FILOSOFIA COMO EXERCÍCIO DO PENSAMENTO: UMA INTRODUÇÃO À LEITURA DE GILLES DELEUZE E FÉLIX GUATARRI
- A PSICANÁLISE COMO SABER REFERENCIAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL
- A PSIQUE E O CORPO UMA ABORDAGEM JUNGUIANA
- A VISÃO JUNGUIANA DOS CONTOS DE FADA E SUAS APLICAÇÕES
- ACUPUNTURA - INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO DA MEDICINA TRADICIONAL CHINESA
- ARTE: AMPLIAÇÃO DO CAMPO DA CONSCIÊNCIA
- ARTE DO MOVIMENTO - LABAN
- ARTE E LITERATURA À LUZ DA NEUROCOGNIÇÃO. UM CAMINHO CRIATIVO ATRAVÉS DAS EMOÇÕES PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO
- ARTE E SAÚDE
- ARTE TERAPIA NO CONTEXTO EDUCACIONAL. AMPLIANDO PROJETOS EDUCACIONAIS E TERAPÊUTICOS ATRAVÉS DA LITERATURA INFANTIL, CRIAÇÃO LITERÁRIA E DA ARTE
- ARTE TERAPIA: NOÇÕES BÁSICAS EM ATELIER
- AS DROGAS NA CLÍNICA: A PSICANÁLISE CONFRONTADA AOS SEUS LIMITES NA CURA DA DEPENDÊNCIA
- ATENDIMENTO DE PESSOAS EM CRISE: O PLANTÃO PSICOLÓGICO DO SEDE E OUTRAS EXPERIÊNCIAS
- BRINCADEIRA É COISA SÉRIA: INTRODUÇÃO AO ATENDIMENTO INFANTIL NA ABORDAGEM GESTÁLTICA
- BRINQUEDOTECA, ESPAÇO DA MAGIA NA EDUCAÇÃO E NA SAÚDE
- CLÍNICA PSICANALÍTICA COM CRIANÇAS: A CONFIGURAÇÃO DE UM CAMPO
- CORPO: IMAGEM CORPORAL E IDENTIDADE
- DA ARQUEOLOGIA DO SABER À GENEALOGIA DO PODER - UMA INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT
- DA GRAVIDEZ AO BEBÊ - TEORIA E PRÁTICA. UMA ABORDAGEM CORPORAL
- DANÇAS CIRCULARES: UM RECURSO PARA TRABALHO INDIVIDUAL E GRUPAL
- DIAGNÓSTICO PSICODINÂMICO E SUAS BASES PSICANALÍTICAS UMA INTRODUÇÃO
- EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONSTRUINDO MODOS DE AÇÃO NA INTERFACE SAÚDE-EDUCAÇÃO
- EDUCAÇÃO POSTURAL: UM CAMINHO PARA O AUTO CONHECIMENTO - CONSTRUÇÃO DO CORPO
- ENTRELACES PSÍQUICOS ENTRE MÃES E FILHAS
- FORMAÇÃO AMPLIADA PARA EDUCADORES/ALFABETIZADORES DE JOVENS E ADULTOS
- IDADE DA SABEDORIA - DESENFERRUJANDO O CORPO E A MENTE
- INTRODUÇÃO À CLÍNICA CORPORAL COM CRIANÇAS
- INTRODUÇÃO À CLÍNICA CORPORAL REICHIANA
- INTRODUÇÃO À CLÍNICA JUNGUIANA DO PSICODIAGNÓSTICO À INTERVENÇÃO CLÍNICA
- INTRODUÇÃO À GESTALT TERAPIA: UMA PERSPECTIVA DE COMPREENSÃO TEÓRICA E VIVENCIAL DA ABORDAGEM
- INTRODUÇÃO À PSICOSSOMÁTICA PSICANALÍTICA: UMA VISÃO TEÓRICO-CLÍNICA
- JOGOS COOPERATIVOS E MITOS
- JOGOS, CORPO E IMAGEM: RECURSOS PSICOPEDAGÓGICOS
- LEITURA CRÍTICA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO - A COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO POPULAR
- MASSAGEM: PERCEPÇÃO, SAÚDE E TRANSFORMAÇÃO
- MOVIMENTO, RESPIRAÇÃO E CANTO
- MÚSICA E ESCRITA: RECURSOS PARA ENFATIZAR A IMAGINAÇÃO E A INSPIRAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO AUTO-CONHECIMENTO
- O ARQUÉTIPO DO CAMINHO, A INDIVIDUAÇÃO ATRAVÉS DA ARTE DO MOVIMENTO EXPRESSIVO
- O CUSTO EMOCIONAL DO ATENDIMENTO DE HUMANOS - HUMANOS NECESSITADOS E PROFISSIONAIS "CONTAMINADOS"
- O DESENVOLVIMENTO DO RACIOCÍNIO CLÍNICO NA PRÁTICA PSICOTERAPÊUTICA
- O PROBLEMA ESCOLAR DO FILHO CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA FAMILIAR SISTÊMICA
- PSICANÁLISE, GRUPOS E INSTITUIÇÕES
- PSICOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E COMUNITÁRIA. INTERVENÇÕES PSICOSSOCIAIS: DESAFIO E PRÁTICAS
- PSICOLOGIA DO ESPORTE
- PSICOLOGIA JUNGUIANA - MOVIMENTO EXPRESSIVO E DESENVOLVIMENTO SIMBÓLICO DO CORPO
- RECURSOS TERAPÊUTICOS E TRABALHO GRUPAL NA ABORDAGEM JUNGUIANA
- TRABALHANDO COM GRUPOS
- TRABALHO CORPORAL REICHIANO EM GRUPO
- VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES
- VISITANDO KLEIN: TEORIA E CLÍNICA

**DEMAIS CURSOS DISPONÍVEIS NO SITE: [www.sedes.org.br](http://www.sedes.org.br)**

INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE



**SEDES  
SAPIENTIAE**

# Entidades de classe se organizam e juntam forças

**São José do Rio Preto cria fórum com dez categorias da saúde para regionalizar os questionamentos sobre políticas públicas de saúde.**

O Congresso do Oeste Paulista, realizado no ano passado, possibilitou o encontro multiprofissional na área da saúde, reuniu os conselhos de classe e despertou a região de São José do Rio Preto para a necessidade de se construir um espaço no qual seriam discutidas e analisadas questões referentes à defesa na qualidade das práticas de seus profissionais e à interação entre as diversas profissões. A proposta ganhou força e se materializou, em 23 de janeiro, com a criação do Fórum Regional dos Conselhos Profissionais de Saúde da Região de São José do Rio Preto. Fazem parte do Fórum os Conselhos Regionais de Medicina, de Psicologia, de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, de Farmácia, de Fonoaudiologia, de Nutrição, de Educação Física, de Odontologia, Enfermagem e de Serviço Social.

“Pretende-se com a entidade integrar as categorias e unificar as forças em torno das lutas coletivas na saúde, como o debate acerca dos Pólos de Educação Permanente em Saúde - política para implantação e efetivação do SUS com o pacto da saúde”, diz Maria José Berto, conselheira do CRP e vice-coordenadora do Fórum. Outro tema atual é a emenda constitucional 29, que disponibiliza mais verba para a área da saúde. “É de interesse da região analisar o assunto a partir da perspectiva de cada conselho e elaborar conjuntamente as manifestações enviadas ao Congresso Nacional fortalecendo os pedidos para a votação da emenda, o mais breve possível”, acrescenta.

Maria José aponta outra vantagem de se ter um fórum regional: a interlocução com os Fóruns Estadual e Nacional e o suporte destes para as questões locais. “O que nos interessa é cuidar de interesses num perímetro sobre os quais o profissional da região possa trazer seus apontamentos e ampliar seu referencial.”

Paulo Saad, delegado da subsede do Conselho de Fisioterapia, diz que organismos regionais conseguem definir com maior precisão as demandas e preocupações específicas. “Nós que somos do interior nos sentimos muitas vezes isolados e envoltos em problemas que dizem respeito aos grandes centros. Agora teremos condições de questionar assuntos de interesse comum da região e de maior convívio entre os conselhos”, afirma.

A atuação em equipe na saúde, um anseio antigo da Fisioterapia de Rio Preto, poderá com o Fórum se tornar mais viável. Paulo explica que o que acontece, hoje, é

o trabalho multiprofissional; isto é, muitas profissões atuando, mas independentemente umas das outras. O que se espera é que esse quadro seja paulatinamente substituído pela interdisciplinaridade e pela ação conjunta tendo em vista o paciente como um todo, o que não é tão fácil quanto parece. “Existem dificuldades nessas relações, e o Fórum poderá estimular a troca de informações sobre como cada categoria pode ajudar em relação às outras. A união, o esforço em equipe para auxiliar o paciente é fantástico, mas ainda precisamos amadurecer e incorporar isso no nosso dia-a-dia.”

Nas plenárias do Fórum, discute-se também o papel do profissional das várias categorias e as dificuldades atuais de cada área. É o caso dos farmacêuticos, que buscam o reconhecimento como profissional de saúde. Maria Luisa Rodrigues, coordenadora regional do Conselho Regional de Farmácia, seccional de São José do Rio Preto, diz que, apenas de 1992 para cá, é que o farmacêutico voltou a reconquistar seu papel dentro do contexto da saúde, a estreitar seu contato com o usuário e a atuar nos mais diferentes âmbitos como farmácia hospitalar, distribuição e transportes, pesquisa clínica, indústria, entre outros. “É imprescindível levantar o questionamento acerca do papel da Farmácia, promover uma alteração curricular nos cursos universitários, para que esse profissional não seja visto apenas como um especialista em produzir medicamentos. Ele tem que estar também em contato com o usuário, fazendo o acompanhamento até o final do tratamento. É preciso também maior interação com as demais áreas da saúde, e que essa colaboração ajude no tratamento do paciente. Ampliar a comunicação entre as áreas só tem a beneficiar o usuário do sistema de saúde”, aponta Maria Luisa.

Segundo Osmari Mendonça, do Conselho de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, o Fórum vai ajudar a colocar a atividade de terapeuta ocupacional no círculo das discussões até entre os profissionais

das outras áreas, porque é uma categoria ainda incompreendida pelos usuários e pelos próprios colegas da saúde. “A categoria cresceu desorganizadamente nos últimos 18 anos e é tida hoje como menor frente à Fisioterapia”, lamenta.

“O Fórum pode discutir e promover a área, pois temos um campo de trabalho que cresce a cada dia. O que nos falta são profissionais para suprir essa demanda. Somos apenas 3.800 no país. Muita gente nem sabe do que se trata a Terapia Ocupacional. Precisamos reverter esse quadro”, diz. “Queremos pensar junto com todos os conselhos uma estratégia e ações que oxigenem a inserção do profissional no mercado de trabalho”, acrescenta Osmari.

Maria José Berto, do CRP, acredita que através do Fórum será possível debater o conceito amplo em saúde pública e o trabalho em equipe. “Nessas discussões, vamos jogar luz no trabalho do psicólogo no SUS, onde sua presença ainda ocorre em número insuficiente. É preciso aumentar esse quadro e sensibilizar o gestor para que ele convoque o psicólogo aprovado em concurso”, sugere.

Para ela, só é possível oferecer um trabalho satisfatório na rede pública de saúde com todos os profissionais atuando juntos. “Assim o alcance à assistência se dará como já está pressuposto para uma gestão SUS”, acredita. Além disso, segundo Maria José, o Fórum incita a um olhar diferenciado e como acontece em conjunto, indica para ações de cunho mais consequente, para que possa ecoar para mais pessoas. ●



# A praça, o parque, a cidade para todos

Como psicólogos e educadores estão usando os espaços públicos para transformar as relações sociais e promover a cidadania.



A cidade de São Paulo tem quase quarenta parques municipais, além de centenas de praças. Para muitos, são um ambiente adequado para o prazer e relaxamento, pontilhado por crianças brincando e atletas treinando. Para indivíduos em situação de rua, um “dormitório”. Porém, esses locais podem se configurar em laboratório para a construção da cidadania. Os espaços públicos de lazer, como praças, parques e campos de futebol oferecem condições interessantes para os psicólogos desenvolverem atividades que estreitam o contato com a comunidade e promovem a observação das relações humanas, em particular, na periferia, em bairros onde os direitos sociais não são garantidos. Dessa interatividade, podem aparecer informações importantes para a compreensão dos movimentos sociais.

Políticas públicas que aproveitem o potencial desses locais ainda são poucas. Mas há pelo menos um bom exemplo sendo desenvolvido na cidade. De acordo com a secretária do Verde e Meio Ambiente, a administração municipal mantém equipes em dez parques que trabalham valores e atitudes com os usuários. Entre as atividades estão as caminhadas por trilhas. Acompanhando grupos durante o passeio, o educador faz paradas estratégicas para dar lições de cidadania de forma lúdica e dinâmica. “Uma das questões abordadas é a responsabilidade ambiental”, diz Helena Magozo, psicóloga que integra uma dessas equipes. “É o que chamamos de trabalho de controle social, que para ser bem sucedido precisa ter caráter interdisciplinar, passando da biologia e geografia até a arquitetura e a psicologia”, afirma ela.

Outro projeto que utiliza os espaços públicos de lazer como instrumento de trabalho é o Pólos da Paz, do Instituto Sou da Paz. O foco, porém, é outro: influenciar as políticas públicas de segurança. Destinado a jovens entre 15 e 24 anos, o projeto propõe a prevenção da violência através do trabalho comunitário de revitalização

de praças e da realização de eventos esportivos e culturais nesses locais de maneira participativa. “O grande desafio é fazer a comunidade se sentir responsável pela praça, que comumente é alvo de depredação, vandalismo e abandono”, diz Marcus Góes, coordenador do Pólos da Paz.

Segundo Góes, ao se compreender o fenômeno da violência como resultado de um contexto social em que direitos não estão sendo garantidos, em que a desigualdade é gritante, em que a qualidade de vida é ruim, em que as pessoas não têm projeto de vida nem tampouco perspectivas de um futuro diferente, o trabalho com a segurança pública assume um caráter preventivo. Assim, ocupar um espaço de maneira democrática, participativa, promovendo a garantia de direitos (como o esporte e a cultura) e a construção de laços comunitários, de perspectivas coletivas de mudança, de valorização do bem comum, reivindicando a presença do Estado, contribui para a segurança pública.

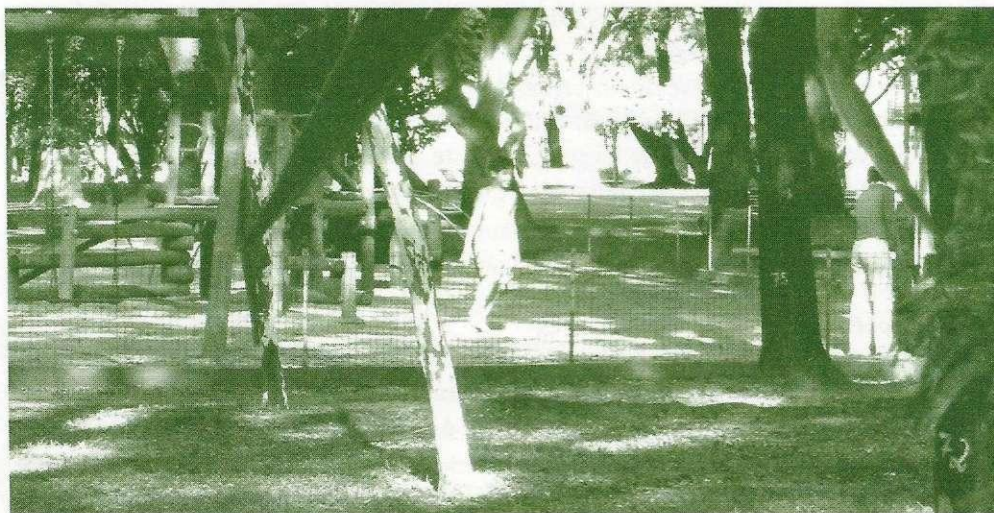
Reformado pelas mãos dos moradores locais, o espaço passa a ser mais valorizado. Há um projeto que está sendo desenvolvido em duas praças de São Paulo pelo Pólo da Paz. Uma delas é a Praça João Paes Málio, no distrito de Campo Limpo. Ali, a parceria com a Subprefeitura rendeu bons frutos. “O apoio vem desde o empréstimo de máquinas para as obras até a conces-

são de troféus e medalhas para os campeonatos realizados pelos jovens na quadra da praça”, explica Marcus Góes. “Quando o projeto chegar ao fim, esperamos que o poder público continue apoiando as iniciativas dos moradores”, diz. A outra praça fica no bairro do Alto da Riviera, no distrito do Jardim Ângela, também na zona sul. Apesar da parceria com a Subprefeitura do M´Boi Mirim ainda estar em fase inicial, os moradores vêm promovendo uma série de atividades culturais e esportivas.

A idéia é modificar a relação dos usuários com o espaço público, trabalhar a cidadania e o comprometimento com o desenvolvimento e a sustentabilidade da cidade. “Pretendemos preencher uma lacuna nas políticas públicas, fazer algo inovador. Esperamos que o trabalho possa inspirar outras ações”, diz Góes. Cerca de 1.500 pessoas já foram beneficiadas pela iniciativa, seja com atividades coletivas nesses espaços, seja com a reforma das praças.

Porém, a contribuição da Psicologia só produz efeitos se trabalhada interdisciplinarmente. “O psicólogo, ao ler o modo como as relações se desenvolvem, busca na educação, na arquitetura e nas ciências sociais uma maneira de construir sua estratégia de intervenção. Assim, ele procura produzir um movimento diferente, em que a potência desse coletivo-comunidade possa ser o impulso de um processo de transformação da relação com o espaço público”, diz Góes.

Para Helena, a educação dos usuários dos espaços públicos não se esgota na informação. Precisa também de convivência e prática. “O contato com os usuários de espaços públicos pode ser revelador a respeito do comportamento, levando, inclusive, a conclusões sobre problemas sociais mais complexos”, adianta. Ou seja, ainda que um biólogo possa ensinar sobre as flores do parque e um arquiteto possa orientar na reforma da praça, o psicólogo tem instrumentos para intervir na forma de convivência e promover uma transformação cultural mais efetiva. ●



# Conselho identifica problemas na prestação de serviço em empresas de recolocação profissional e responde a questões propostas pelos psicólogos



Já há algum tempo, o CRP da 6ª região vem recebendo reclamações sobre irregularidades cometidas por algumas consultorias de Recursos Humanos, especialmente no que se refere à oferta de vagas de emprego que não existem, promessa de 100% de contratação, indução de candidatos a recorrerem aos seus serviços e envolvimento de psicólogos nesse tipo de prática.

Preocupados com as reiteradas reclamações, foram feitas diversas ações, dentre as quais fiscalização no último trimestre de 2005 do exercício profissional dos psicólogos em 36 empresas alvos de reclamações.

Todos os entrevistados apresentaram algum tipo de irregularidade em sua prática profissional.

Mais do que simplesmente discutir a fiscalização, o CRP SP apresentou os resultados obtidos como forma de esclarecer e de orientar os psicólogos que trabalham na área. Nossa intenção é lembrar questões importantes a serem observadas e facilitar eventuais ajustes.

### Irregularidades verificadas:

Por que os aspectos abaixo assinalados constituem-se em irregularidades?

|   |  |
|---|--|
| 1) Inscrição da pessoa jurídica no CRP                    | Somente uma empresa tinha inscrição de pessoa jurídica no CRP.   |
| 2) Estagiários  | 36% das empresas possuíam estagiários de Psicologia, sendo que destas nenhuma tinha firmado com este contrato de estágio.  |
| 3) Contratação de serviços por parte dos usuários         | 20% dos psicólogos informaram que a empresa não cobrava taxa dos candidatos, sendo que 40% não sabiam dizer para quais empresas eram as vagas em que estavam trabalhando.  |
| 4) Fundamentação teórica do trabalho                      | 55% dos psicólogos apresentaram alguma referência teórica na qual pauta o seu trabalho, além de manuais de testes psicológicos e textos sobre gerenciamento de carreira.   |
| 5) Autonomia na escolha de métodos e técnicas             | 25% dos entrevistados disseram não possuir autonomia na escolha dos instrumentos psicológicos utilizados, sendo eles determinados por psicólogo supervisor ou por outra pessoa da consultoria.                               |
| 6) Testes psicológicos                                    | 65% dos psicólogos utilizavam-se de cópia xerox de testes psicológicos e/ou do caderno de respostas, ou não faziam mensuração. 20% dos psicólogos utilizavam-se de teste psicológico que não tinha parecer favorável do CFP. |
| 7) Devolutiva ao candidato                                | Todos alegaram fornecer devolutiva, sendo que dois deles ofereciam também por telefone e dois por e-mail.  |
| 8) Cartão de visita e carimbo                             | 35% dos psicólogos apresentaram as seguintes irregularidades: faltava o nome completo, palavra "psicólogo" e número de inscrição no CRP.   |
| 9) Documentos produzidos (laudos, pareceres)              | 60% dos psicólogos apresentaram as seguintes irregularidades: faltava o nome completo, palavra "psicólogo" e número de inscrição no CRP, folhas não estavam rubricadas e/ou assinadas.                                       |
| 10) Condições físicas do local de atendimento             | duas empresas tinham salas separadas por biombos.  |
| 11) Guarda de material (testes psicológicos/laudos, etc.) | 50% dos psicólogos evidenciaram falta de controle aos que tinham acesso ao material, material em gavetas/armários sem chave, destruição imediata ou logo após dos documentos sem guardar cópia.                              |

- 1) Inscrições como PJ - a Lei 6.839/80 determina que as empresas devem estar devidamente registradas nas entidades fiscalizadoras do exercício das profissões. Já os psicólogos deverão observar ainda tais imperativos na Resolução CFP 018/00 (Arts. 25 a 44). Quando há serviços de Psicologia, a empresa é obrigada a se inscrever no CRP.
- 2) Presença de estagiários nas empresas - a Lei 6.494/77 e o Decreto-lei 87.497/82 que dispõem sobre as atividades dos estagiários determinam expressamente a obrigatoriedade da celebração de um termo de compromisso entre a parte concedente e a instituição de ensino.
- 3) Contratação na prestação de serviços aos usuários - é importante que o psicólogo

considere a forma de atuação na empresa. Devem ser consideradas a transparência na contratação e o respeito à dignidade e direitos dos usuários. Caso perceba alguma irregularidade, deverá se abster de realizar as atividades e, se pertinente, apresentar denúncia ao órgão competente (Art. 3º Código de Ética). A indução a candidatos a recorrerem aos serviços está expressamente vedada pelo Art. 2º, "i" Código de Ética. A avaliação psicológica deve se pautar em critérios éticos e técnicos, visar à promoção da saúde e qualidade de vida das pessoas atendidas (Princípio Fundamental II Código Ética) e tendo em vista o perfil das vagas/empresas e os objetivos do trabalho realizado.

- 4) A fundamentação teórica é imprescindível, uma vez que estão sendo prestados serviços profissionais, pautados em conhecimento e instrumentos científicos. Importante destacar que o profissional não pode fazer previsão taxativa de resultados (Art. 20, "e" Código de Ética), bem como deverá assumir somente responsabilidades para atividades às quais esteja pessoal, teórica e tecnicamente capacitado (Art. 1º, "b" Código de Ética).
- 5) O psicólogo deve possuir autonomia na escolha de métodos e técnicas. Em hipótese alguma, os instrumentos de avaliação psicológica devem ser utilizados ou determinados por um profissional não-psicólogo, até mesmo porque estes instrumentos são privativos (Art. 13º Lei

4.119/62) e o psicólogo deve orientar-se por um critério técnico na escolha dos mesmos.

- 6) Com relação aos testes psicológicos, o psicólogo que se utiliza desses instrumentos em seu exercício profissional deverá seguir o disposto na Resolução CFP 002/2003. Reiteramos que somente podem ser utilizados testes que obtiveram parecer favorável do CFP, em versão original e seguindo rigorosamente as instruções dispostas nos manuais.
- 7) A devolutiva sobre os resultados da avaliação e os encaminhamentos necessários são obrigatórios (Art. 1º, "g" e "h" Código de Ética), constituindo-se em um direito do usuário do serviço. Este foi um dos temas tratados na edição anterior do jornal Psi. Ressaltamos, no entanto, que o profissional é responsável pelo sigilo das informações. Desta forma, recomendamos que ela seja feita pessoalmente ou por escrito, entregue em mãos ao destinatário. Lembramos ainda que condições físicas do local (item 10) de atendimento também devem garantir o sigilo das informações trazidas pela pessoa atendida (Art. 9º Código de Ética).
- 8) Cartão de visita, carimbo e documentos produzidos (item 9) - deve ser observado o disposto na Resolução CFP 007/2003, que estabelece, entre outros, em que circunstância deve ser emitido um laudo, um parecer etc., e os requisitos mínimos de cada um deles. O manual anexo a esta Resolução estabelece no item I 2.2 que as laudas devem ser rubricadas da primeira à penúltima, sendo a última assinada. Em todos os documentos, carimbos, cartões de visita devem constar o nome completo, a palavra "psicólogo" e o número de inscrição no CRP (Art. 20, "a" Código de Ética, Art. 51º Resolução CFP 018/00, Item III do Manual anexo à Resolução CFP 007/2003).
- 11) A guarda de documentos é obrigatória para o período mínimo de cinco anos, conforme dispõe o item VI da Resolução CFP 007/2003. O psicólogo é responsável por manter o sigilo dos documentos resultantes da avaliação psicológica, devendo manter o acesso restrito somente a profissionais psicólogos pela natureza técnica e privativa (Art. 13º Lei 4119/62, Art. 1º, "i" Código de Ética, Art. 18º, III da Resolução CFP 002/2003).

Além das irregularidades comentadas, diversas empresas haviam, no momento da fiscalização, encerrado suas atividades, mudança de endereço ou de nome. Claro que podem estar presentes motivos legítimos tais como desinteresse pelo ramo de atividade, ou outro qualquer. No entanto, a Comissão de Orientação e Fiscalização percebeu a exis-

tência de empresas denunciadas que haviam fechado suas portas e cujos donos haviam aberto outra empresa de recolocação e que igualmente estava sendo acusada de irregularidades.

Um aspecto a considerar é que, na maioria dos casos, a empresa contrata os psicólogos como profissionais autônomos. Além de se desobrigar às exigências trabalhistas, a essas empresas é permitida uma mudança rápida e conveniente de profissionais, bem como um vínculo mais frágil dos profissionais com as empresas. A contratação como autônomo não isenta o profissional da prestação de serviços com qualidade em condições de trabalho dignas e apropriadas ao exercício profissional (Art. 1º, "c" Código de Ética).

Outro dado preocupante é quanto ao tempo de exercício profissional: 70% dos psicólogos estavam inscritos no máximo havia quatro anos no CRP, sendo que 30% eram recém-formados. Pela falta de experiência ou por desconhecimento de como procedem essas empresas, os jovens profissionais tornam-se mais vulneráveis às ações das empresas que têm sido denunciadas no CRP.

Some-se a isso o fato de que todos os psicólogos foram devidamente orientados, e na realização da visita de retorno, somente 33% haviam sanado as irregularidades apontadas, o que levou a Comissão de Orientação e Fiscalização a encaminhar diversas denúncias para processo ético-disciplinar, além de outras medidas.

Embora não tenha sido constatado, de modo geral, o envolvimento direto dos psicólogos quanto às promessas de vagas inexistentes, muitas empresas já foram denunciadas junto ao Ministério Público e Poder Judiciário e estão em averiguação. Caso seja provado esse tipo de estelionato, o psicólogo pode vir a responder por infração ao Art. 2º do Código de Ética, que diz: "...Ao psicólogo é vedado: a) praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão...". O candidato que se sentiu prejudicado pode formalizar uma denúncia para apreciação pela Comissão de Ética do Conselho.

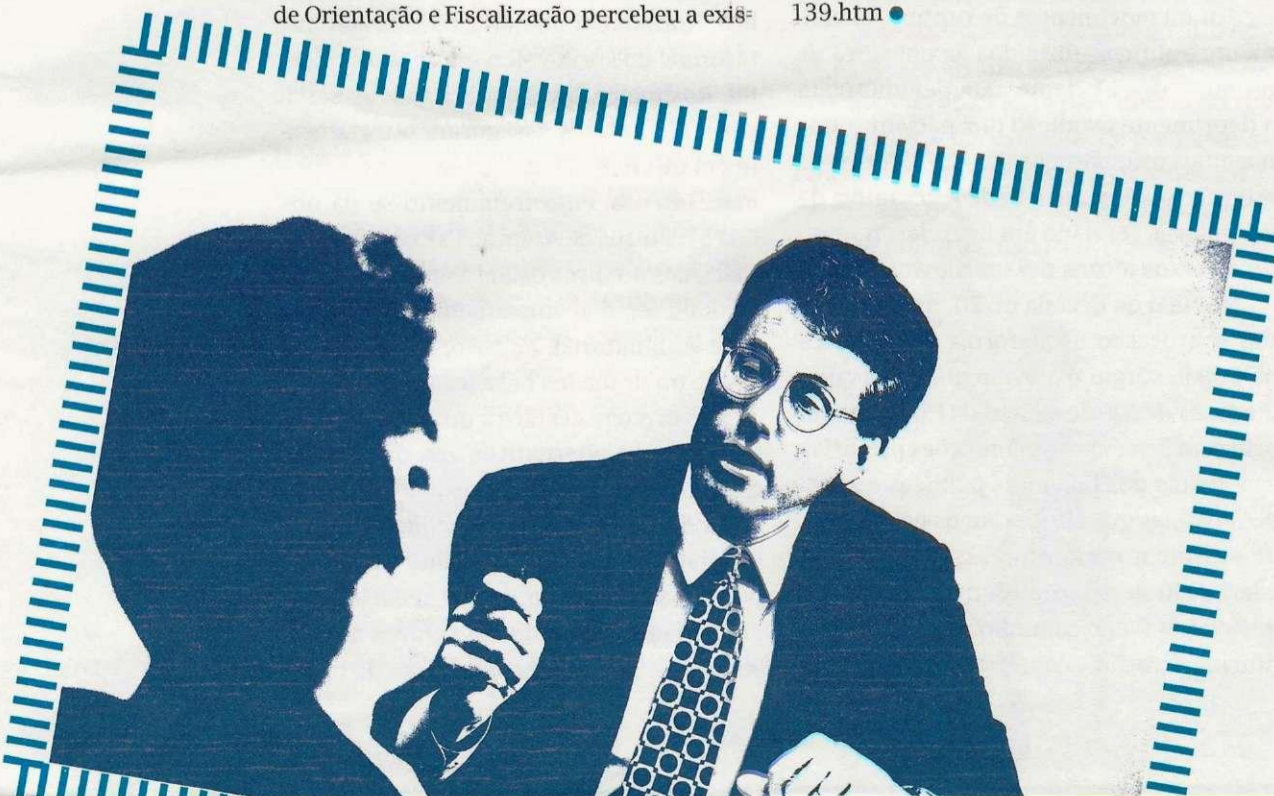
O CRP está atento e realizando ações com relação ao exercício profissional dos psicólogos. As irregularidades apontadas comprometem o trabalho e a imagem da Psicologia como um todo, considerando os prejuízos que possam advir de serviços realizados sem os devidos cuidados éticos e técnicos. Os psicólogos têm um compromisso de prestar serviços com qualidade à população.

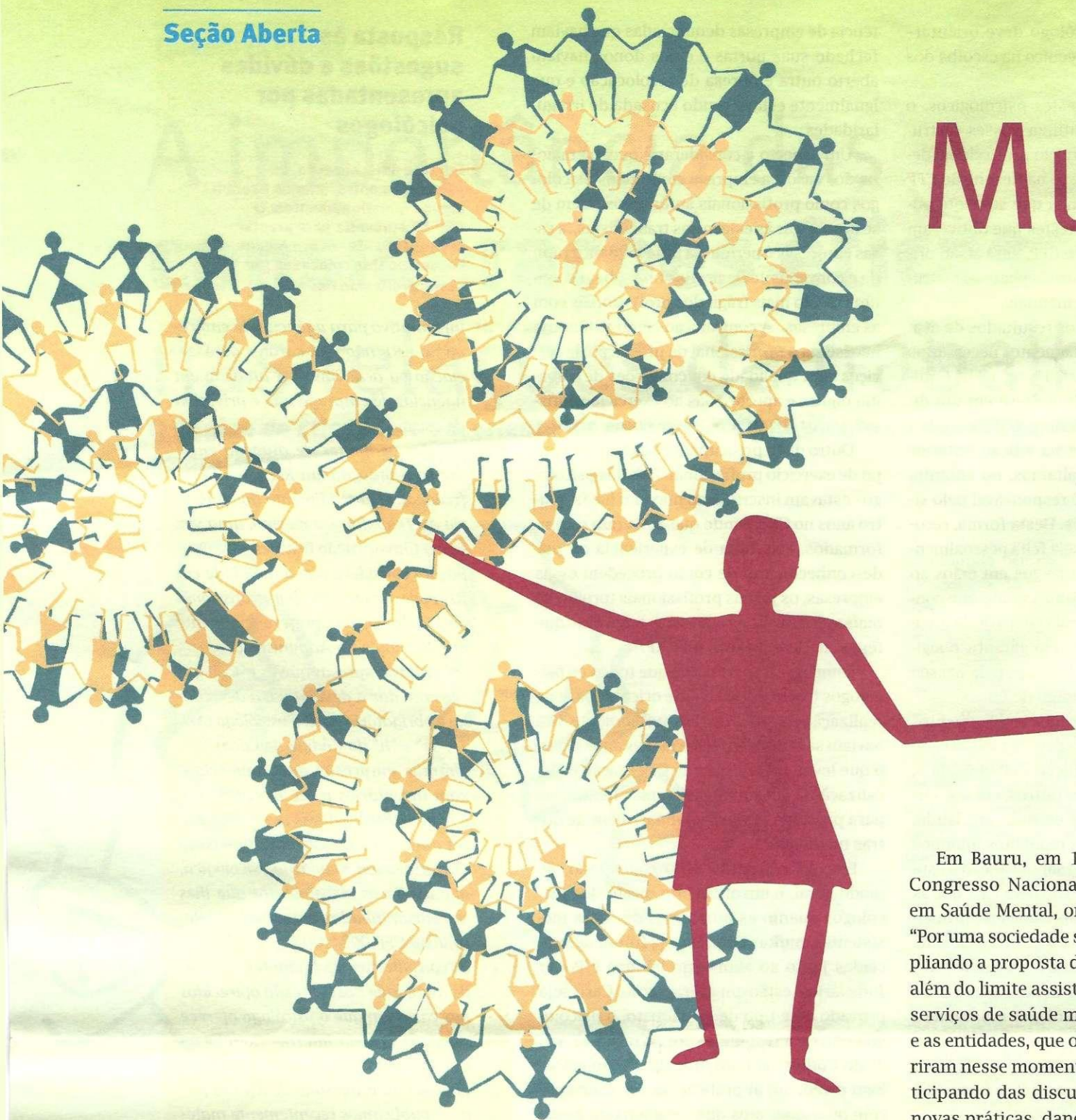
Sugerimos ainda a leitura do artigo: "Empresas exigem avaliações psicológicas para extorquir desempregados" - [http://www.crp.org.br/a\\_acerv/jornal\\_crp/139/set\\_139.htm](http://www.crp.org.br/a_acerv/jornal_crp/139/set_139.htm) ●

## Resposta às sugestões e dúvidas apresentadas por psicólogos

**Durante a fiscalização, os psicólogos entrevistados fizeram alguns questionamentos. O CRP SP aproveita para prestar esclarecimentos sobre alguns desses pontos colocados por esses profissionais:**

- a) *informativo para agências de emprego : o CRP não tem caráter de Associação ou acadêmico. A atuação em agências de emprego não é privativa de psicólogos.*
- b) *estudar os limites de atuação entre áreas: a atuação em RH é multiprofissional. O entendimento do Ministério do Trabalho é o mesmo, uma vez que a Classificação Brasileira de Ocupações considera que a atividade em RH pode ser exercida por profissional de 'nível superior', preferencialmente em Psicologia ou Administração.*
- c) *exigir das empresas que os psicólogos possam dar a devolutiva: a devolutiva é obrigatória para o psicólogo (Art. 1º, "g" e "h" do Código de Ética).*
- d) *chamar empresas que comercializam Inventários para 'trocar idéias' e ir nas distribuidoras avaliar os testes atuais: o CFP tem uma Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica, que avalia os instrumentos que lhes são encaminhados, em virtude da Resolução CFP 002/2003.*
- e) *as consultorias deveriam ter um selo de qualidade : os selos são oferecidos nos casos em que o psicólogo oferece seus serviços via internet (Resolução CFP 012/2005).*
- f) *abordar mais questões de RH nos jornais: publicamos recentemente matéria sobre Consultorias de RH e assédio moral. Os psicólogos podem encaminhar sugestões.*
- g) *é uma falha não ter sido comunicado que o teste Wartegg é desfavorável : o CFP divulgou amplamente lista informando os testes que tiveram parecer favorável para uso, sendo que o Wartegg foi avaliado e obteve parecer desfavorável.*
- h) *'a classe' é exigida, mas não defendida em seus direitos (ex.: piso salarial): questões trabalhistas de interesse da categoria são de competência do Sindicato dos Psicólogos, sendo importante uma articulação junto a este dos profissionais.*
- i) *CRP deveria ter convênio médico, livraria, farmácia: algumas profissões mantêm uma Caixa de Assistência para esta finalidade, não sendo competência do órgão de classe. O Sindicato dos Psicólogos oferece algumas facilidades.*
- j) *deveria observar o que está sendo feito nas clínicas de auto-ajuda: estamos acompanhando e fazendo ações de orientação, fiscalização e encaminhamento para processo ético. Caso tenham conhecimento de alguma situação específica, devem encaminhar uma denúncia ao CRP ( Art. 1º Código de Ética).*
- l) *maior divulgação de novas resoluções e exigências: o Sistema Conselho tem feito um esforço para acompanhar as rápidas mudanças científicas e sociais. Prova disso é o envolvimento em tantas campanhas e edição de tantas resoluções nos últimos anos.*





# Muito al

A lógica manicomial não é uma realidade apenas de hospitais psiquiátricos. Está presente em instituições como a prisional e as Febens, que têm como princípio a exclusão do sujeito, a opressão e a violência. Mas, na medida em que a sociedade amadurecia, a indústria da loucura era cada vez mais questionada por violar os direitos humanos. Dessa pressão, nasceu no Brasil um movimento antimanicomial de combate à idéia de privação.

A psicóloga com especialização em saúde pública, Sandra Fischetti, da equipe do CAPS Luis da Rocha Cerqueira, na capital paulista, aponta que os movimentos para a reforma da psiquiatria, que ocorreram na Europa a partir da década de 50, fazem parte de uma série de movimentos políticos, religiosos e sociais, que ganharam força nos anos 60 e 70: o feminismo, a luta pela igualdade racial, pela defesa da terra, das culturas indígenas, o movimento homossexual e o movimento ecológico.

Para ela, esses movimentos formaram o que se chamou de contracultura. A luta pela extinção dos manicômios estava relacionada a uma questão maior da consciência coletiva, que passava a criticar e questionar os valores positivistas e a organização da sociedade e das instituições na visão de mundo cartesiana. “Em linhas básicas, todos lutavam pela defesa dos direitos humanos, pela aceitação das diferenças, repudiando a violência e o preconceito, em contrapo-

sição aos valores positivistas pautados na impessoalidade, na distância e eliminação cirúrgica das diferenças”, diz.

Segundo Sandra, a crítica à estrutura asilar tomou corpo na década de 50, com o surgimento da proposta das Comunidades Terapêuticas, na Inglaterra, e da Psicoterapia Institucional, na França. Depois, caminhou, em vários países, para o espaço público e para a Psiquiatria Comunitária. Na passagem para a década de 60, surge a antipsiquiatria, na Inglaterra, com Ronald David Laing e David Cooper, e a psiquiatria democrática italiana, com Franco Basaglia.

Foram movimentos de ruptura, inicialmente políticos, dirigidos às questões de direito e de cidadania, que denunciavam a deprimente condição dos pacientes nos hospitais psiquiátricos. Em 1974, forma-se internacionalmente a Rede Alternativa de Psiquiatria, fundada em Bruxelas, reunindo diversos atores desses movimentos.

No final da década de 70, quando brotou o processo de Reforma Psiquiátrica no Brasil, surgiu o Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental (MTSM), que reagiu à ineficiência e às condições precárias e violentas dos hospitais públicos e grandes colônias que abrigavam os portadores de sofrimento psíquico. “Esse movimento aderiu à Rede Alternativa de Psiquiatria e iniciou um longo caminho rumo à desinstitucionalização”, conta Sandra.

Em Bauru, em 1987, aconteceu o 2º Congresso Nacional dos Trabalhadores em Saúde Mental, onde se propôs o lema “Por uma sociedade sem manicômios”, ampliando a proposta de transformação para além do limite assistencial. Os usuários de serviços de saúde mental, seus familiares e as entidades, que os representavam, aderiram nesse momento ao movimento, participando das discussões e da criação de novas práticas, dando início ao Movimento da Luta Antimanicomial.

Uma das maiores críticas ao manicômio é a de que não pode haver tratamento em espaço segregado, porque os portadores de sofrimento mental devem ser reconhecidos em seus direitos de cidadania.

A alternativa era criar uma rede de trabalho com pacientes em lugares que permitisse o convívio social. Surgem os serviços substitutivos. “A criação de serviços abertos e a articulação no território de uma rede de ações que potencializasse a autonomia e a cidadania dos usuários, foram uma das lógicas que reorganizaram o sistema de saúde”, explica Maria Cristina Vicentin, professora de Psicologia da PUC/SP.

A coordenadora de Saúde Mental de Belo Horizonte e militante da Luta Antimanicomial do Fórum Mineiro de Saúde Mental, Rosimeire Silva, explica que os serviços substitutivos asseguram o tratamento em diferentes etapas. Vai desde a crise mais intensa, cujo tratamento se dá nos CAPS (Centros de Atenção Psicossocial), ou CERSAMs (Centros de Referência em Saúde Mental), até o acompanhamento em uma rede ambulatorial, no caso, os centros de saúde ou unidades básicas.

A psicóloga destaca a inserção, na rede dos serviços alternativos aos portadores de sofrimento mental, das equipes dos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência (Samus) e de Saúde da Família, o trabalho dos serviços residenciais terapêuticos e o atendimento prestado nos centros de convivência. “Esses espaços não são de trata-

# Além dos manicômios

**Luta pelos direitos humanos e questionamento de valores sociais originaram o movimento antimanicomial no Brasil e no mundo.**

mento, mas de convívio, troca e sociabilidade. Por meio de recursos como arte e cultura, os usuários experimentam outras possibilidades de vida, começam a circular sem o estigma da loucura, já podendo se apresentar socialmente como pessoas capazes de produzir artisticamente e, essencialmente, de conviver”.

Rosimeire observa que é preciso fortalecer todos esses espaços, criados a partir de políticas que são sustentadas pelo Estado, mas que precisam da mobilização social para avançar. “Ainda há muitos leitos psiquiátricos no Brasil, há regiões onde, ainda hoje, não existem essas experiências. Temos que fortalecer a participação da sociedade, porque essa política pública não é pensada e gerida a partir do Estado, vem em resposta a uma demanda da sociedade civil, que se organizou para reivindicar os direitos de cidadania para os portadores de sofrimento mental. É imprescindível que tenhamos movimentos sociais organizados que interpelem o Estado para fazê-lo progredir nessa proposta”, afirma.

## **Desafios e o papel do governo**

Segundo a psiquiatra Ana Marta Lobosque, assessora de escola de saúde pública e psiquiatra da rede de saúde municipal de Belo Horizonte, houve sem dúvida um impacto qualitativo do ponto de visto do usuário, nos últimos 20 anos. Mas ressalta que há ainda dificuldades em fazer com que sejam implementadas os princípios da luta antimanicomial.

Ela destaca a posição hesitante do governo à chamada indústria da loucura. “Mesmo em locais onde há serviços substitutivos, falta muitas vezes empenho, uma posição mais incisiva no sentido de que toda a população tenha acesso a esses serviços e não precise mais recorrer ao hospital psiquiátrico”, diz.

Outra questão, segundo Lobosque, é a cultural. “Avançamos muito no aspecto de reduzir o preconceito e a discriminação. Hoje, o portador de deficiência mental participa mais das atividades da cidade, o que é uma conquista da luta antimanicomial. Por outro lado, o empobrecimento da cultura deixa esse caminho mais difícil. O caminho que a psiquiatria está seguindo, por exemplo, é uma psiquiatria americanizada, centrada exclusivamente na questão da medicação”, lamenta.

Ela menciona, ainda, um terceiro grupo de dificuldades: as inerentes ao exercício da clínica antimanicomial. “Tratar de paciente grave sem aparatos de segurança no hospital psiquiátrico, sem poder pegar, segurar e internar a pessoa na hora que

a coisa aperta, é um desafio para a gente também”, considera.

Lobosque, autora de três livros sobre clínica antimanicomial, reconhece que a proposta de oferecer à população a garantia de que pode atravessar por uma condição psíquica grave sem ter que entrar num hospital psiquiátrico é ambiciosa. Mas ela acredita que isso possível. “Nesses anos de experiência, encontramos pacientes de 30 anos de idade que não conhecem um hospital psiquiátrico nem vão conhecer”, exemplifica.

Ela complementa dizendo que há hoje no país mais de 600 Centros de Atenção Psicossocial, que oferecem tratamento intensivo e são essenciais para uma psiquiatria digna. “É um serviço que funciona de 12 a 24 horas por dia, onde pacientes graves podem freqüentar, passar o dia e dormir quando a coisa aperta”, afirma. “São necessários, ainda, outros recursos e serviços na rede de serviços substitutivos como centros de convivência, moradias protegidas, atenção ao portador de sofrimento mental nas unidades básicas de saúde, dentre outros”, ressalta.

Outro aspecto que ela levanta para extinguir gradativamente os hospitais psiquiátricos é o surgimento de uma fiscalização mais rígida no sistema. “O governo atualmente tem um programa de fiscalização, uma coisa que não existia antes. Na verdade, é uma conquista. Mas ele não exerce esse poder com a devida força e firmeza”, pondera.

Lobosque, militante da luta antimanicomial, reforça que o movimento, para avançar, deve incluir os próprios usuários, aqueles que passaram, que conhecem a experiência do sofrimento mental. “São pessoas que tomam a palavra para lutar por isso, para dizer o que eles pensam, como eles entendem que deve ser”, conclui.

Sobre o processo de fortalecimento dos serviços substitutivos, a professora Maria Cristina Vicentin alerta para dois aspectos da questão: a necessidade de uma análise crítica permanente das práticas desenvolvidas pelos próprios trabalhadores, gestores das políticas, usuários e seus familia-

res e o fortalecimento, no meio acadêmico, da “formação de pessoas comprometidas com uma sociedade inclusiva, com uma perspectiva de trabalho, sensibilidade e abertura para a diversidade dos modos de existência”.

Apesar do avanço proporcionado pelos serviços substitutivos, Maria Cristina Vicentin chama a atenção para a possibilidade do aparecimento de uma lógica manicomial nesses espaços. Para ela, parte do desafio de toda a construção das políticas de saúde mental é garantir que eles não reproduzam essas relações onde a diferença não tenha legitimidade de fato e que representem apenas uma mudança de espaço – que chamamos “desospitalização” e não da lógica de produção da doença mental – chamada de desinstitucionalização.

Para ela, o conceito de manicomial não se reduz às fronteiras dos hospitais psiquiátricos. É fácil identificar a semelhança do manicômio com os presídios e Febens por circunscreverem a vida do sujeito a um espaço reduzido. Mas a idéia pode estar presente de maneira mais sutil em diversas dimensões do cotidiano, onde alguém fica ilhado no contexto familiar. “Isso pode ser constatado até numa escola que provoca a desigualdade com suas chamadas classes especiais”, observa. •

## **Encontro Nacional de Saúde Mental**

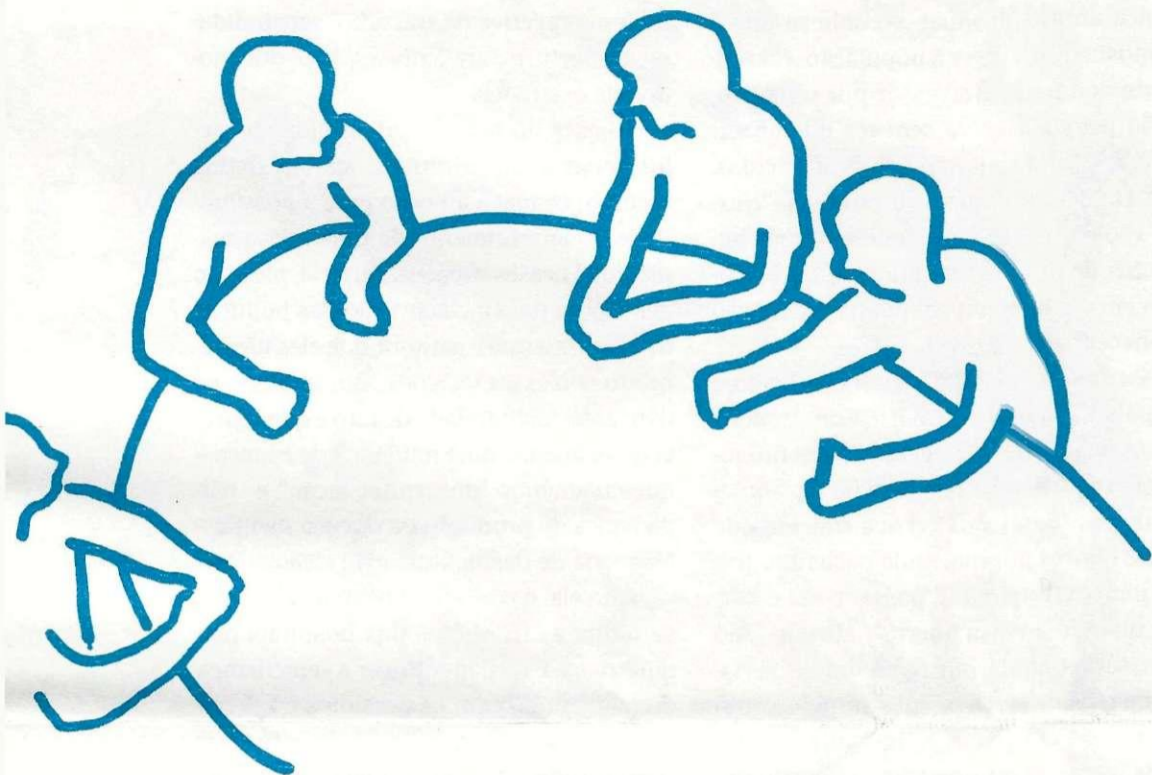
*Do dia 13 a 16 de julho, em Belo Horizonte, acontecerá o Encontro Nacional de Saúde Mental “A Reforma Psiquiátrica que queremos: por uma clínica antimanicomial!”. A proposta do evento é discutir temas e conceitos indispensáveis à “clínica antimanicomial”; os serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico, onde esta clínica deve operar; as políticas públicas que devem assegurar o acesso aos serviços substitutivos; e o trabalhador como protagonista desta clínica.*

*O formato do encontro prevê a realização de conferências, mesas eixos, mesas simultâneas, oficinas, relatos de experiências relevantes em serviços substitutivos, feira de produção antimanicomial e atividades culturais. Elisa Zaneratto, profa. do departamento de Psicologia Social da PUC SP e conselheira tesoureira do CRP SP, faz parte da comissão organizadora. O encontro tem como público alvo os trabalhadores dos serviços substitutivos, além dos docentes e pesquisadores da área. Mais informações sobre a programação podem ser obtidas através do site [www.pol.org.br/saudemental](http://www.pol.org.br/saudemental).*



# A importância das considerações éticas nas relações de trabalho

O Código de Ética como um orientador para o psicólogo diante de demandas conflitantes com os preceitos éticos da profissão.



No mercado de trabalho, o psicólogo também está sujeito a solicitações de profissionais superiores hierarquicamente. Mas sua forma de atuar deve estar sempre de acordo com os preceitos estabelecidos pelo Código de Ética, mesmo que isso signifique conflito ante as relações de trabalho. Muitas vezes, as demandas estão em desacordo com os princípios definidos pela categoria, o que coloca o psicólogo em uma situação delicada.

“Em processos que chegam à Comissão de Ética, percebemos que há alguns psicólogos que desrespeitam os princípios éticos da profissão em nome da relação hierárquica da instituição na qual trabalha”, revela a presidente da Comissão de Ética do CRP SP, Patrícia Garcia. A orientação dela é para que na dúvida, o profissional tome a atitude conforme determina o Código de Ética. “O psicólogo pode e deve se recusar a cumprir toda e qualquer ordem superior que fira a ética da categoria, posicionando-se, inclusive, com o respaldo do Código de Ética da Profissão”, assevera.

O Princípio Fundamental VII, por exemplo, expressa como a demanda deve ser trabalhada: “O psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios deste Código”. O artigo 3º complementa apontando outras diretrizes também nesta direção: “O psicólogo, para ingressar, associar-se ou permanecer em uma organização, considerará a missão, a filosofia, as políticas, as normas e as práticas nela vigentes e sua compatibilidade com os princípios e regras deste Código”. Pa-

rágrafo único: “Existindo incompatibilidade, cabe ao psicólogo recusar-se a prestar serviços e, se pertinente, apresentar denúncia ao órgão competente”.

Ela observa que qualquer solicitação, que chega ao psicólogo, precisa ser analisada também do ponto de vista ético, devendo o profissional considerar o Código de Ética como referência constante para responder a quaisquer tipos de conflitos gerados a partir do encontro entre os princípios da profissão e o contexto no qual está inserido. Afirma ainda que é necessária nesse diálogo uma reflexão fundamental por parte dos psicólogos sobre qual o uso que se faz dos seus conhecimentos e práticas, enquanto saberes acumulados da Psicologia, ou seja, em prol de que esses saberes estão sendo oferecidos como uma forma de intervenção diante de uma demanda. “A recusa é legítima quando se trata de intervenções que possam provocar discriminação e violência”, reforça Patrícia, lembrando o artigo 2º em sua alínea “a”.

Em algumas áreas da Psicologia, as decisões sobre formas de intervenção são difíceis e não são tomadas exclusivamente por psicólogos, mas por toda uma equipe multiprofissional. Sérgio Rosa, mestre em Psicologia da Saúde, com foco em Psicologia Social e do Trabalho, explica que muitos profissionais, que atuam em empresas, têm a formação acadêmica como pré-requisito para a sua contratação, mas são admitidos em outros cargos como coordenadores ou analistas.

“É importante, nesse campo da Psicologia, o profissional conversar sempre com outros colegas da área, fazer uma reflexão sobre o curso que fez, e buscar um aperfeiçoamento, porque os cursos de Psicologia no

Brasil ainda não dão a atenção devida para a Psicologia do Trabalho. Com as novas diretrizes curriculares, existe essa preocupação, mas levará um tempo para tudo isso ser implementado”, diz.

Segundo ele, essa visão sobre a liberdade de atuação do psicólogo nas instituições, está mudando pouco a pouco. Supervisor de estágios na Universidade São Marcos, Sérgio nota que o papel do psicólogo está sendo mais claramente demarcado nas organizações inovadoras, que começam a entender que sua essência é o trabalho vivo.

“Essas organizações oferecem maior liberdade para o exercício pleno da profissão, enquanto agente de mudança. Mesmo que não esteja claramente definido qual o papel que o psicólogo deve exercer, essas empresas não o sujeitam à submissão. Há profissionais em posição de gerenciamento, inclusive psicólogos, que assumem plenamente suas responsabilidades éticas com a qualidade de vida no trabalho”, afirma. Nesse sentido, é fundamental a compreensão de que faz parte desse exercício pleno buscar garantias para uma intervenção que preze pelos princípios éticos da profissão.

O trabalho multidisciplinar, que, no terreno organizacional, pode algumas vezes acarretar em conflitos éticos na atuação dos psicólogos, é fundamental no ambiente hospitalar. Na verdade, é um elemento que contribui, e muito, para o fortalecimento dos preceitos éticos. O supervisor de Ensino da Divisão de Psicologia do Instituto Central do Hospital das Clínicas da FMUSP, Nivaldo de Oliveira, explica que as intervenções do psicólogo são, em geral, apresentadas para as equipes de saúde, facilitando a compreensão do caso clínico, o que favorece o tratamento do paciente.

Já em situações nas quais é necessária uma avaliação psicológica antes de algum tipo de procedimento médico – transplantes, gastroplastia ou neurocirurgia –, o psicólogo assume o papel de parecerista, avaliador ou interconsultor. Segundo Nivaldo de Oliveira, os profissionais das equipes interdisciplinares contam com um laudo do psicólogo que indique as condições psíquicas adequadas para uma intervenção cirúrgica. “Induzir o profissional a agir contra os preceitos éticos, como forjar resultados, é inadmissível por colocar em risco a vida do paciente e a reputação de toda a equipe”, ressalta.

Nivaldo reconhece que discordâncias ou debates relacionados aos diversos pontos de vista dos membros das equipes são comuns, o que não implica em choque entre os códigos de ética dos profissionais da saúde. “Se o que está em pauta é a saúde do paciente – como é o caso do trabalho no hospital –, to-

dos os envolvidos no processo são responsáveis e convidados a intervir eticamente. Não há ordem superior que enquadre a prática dos demais colegas”, garante.

A chefe do Setor de Psicologia das Varas da Família do Fórum Central da Capital, doutora em Psicologia Clínica pela USP e supervisora na Clínica da Faculdade de Psicologia

## O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região faz divulgar as penas de:

**CENSURA PÚBLICA** à psicóloga *Maria Clara Aparecida Rosa – CRP-SP 25882* por:

→ Ter realizado transações financeiras (troca de cheques) com pacientes, fugindo aos objetivos do trabalho prestado e, inclusive, influenciando negativamente na relação terapêutica.

→ Ter circulado entre terceiros, inclusive familiares da paciente, informações que envolviam conteúdos e processos referentes à relação e ao trabalho terapêutico.

Caracterizando infração aos artigos do Código de Ética Profissional do Psicólogo (\*): artigo 1º alínea “c”; artigo 2º alínea “n” e artigo 21.

**CENSURA PÚBLICA** à psicóloga

por:

→ Ter se utilizado de técnicas não reconhecidas pela ciência psicológica, tal como a iridologia, e apresentado resultado de exame sem referência às técnicas e processos utilizados.

→ Ter utilizado indevidamente o título de doutora em receituários, publicidade e publicação profissional.

→ Ter extraviado prontuários psicológicos, caracterizando o descuido com documentação sigilosa.

→ Ter se associado a profissional que receita medicamentos sem registro no Ministério da Saúde.

Caracterizando infração aos artigos 1º alínea “c”; 2º alínea “a”; 6º parágrafos 1º, 2º e 3º; 9º e 38 do Código de Ética Profissional do Psicólogo (\*).

**CASSAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL** a contar da data de 20 de janeiro de 2006, à psicóloga

por:

→ Ter utilizado vínculo terapêutico estabelecido com pessoa por ela atendida para induzi-la a ações comerciais, mediando e se envolvendo nas mesmas e, inclusive, tirando proveito próprio em prejuízo de seu cliente, fazendo uso da sua condição profissional para usufruir de vantagens sobre aquele que deposita confiança no seu trabalho.

→ Ter atuado junto a pessoa atendida e seus familiares tecendo comentários e fornecendo informações sobre particularidades dos atendimentos terapêuticos (rompimento do sigilo profissional) trazendo sofrimento para a vida pessoal e familiar dos envolvidos.

Caracterizando infração ao Princípio Fundamental I e aos artigos 1º “c”, 2º “h” e “n” e 21 do Código de Ética Profissional do Psicólogo (\*).

\*Resolução CFP N.º 002/1987 - Código de Ética vigente até 26/08/2005.

da Universidade São Marcos, Lídia Rosalina Folgueira Castro, observa que não há mistério sobre o motivo que possa levar o psicólogo a contrariar o Código de Ética: o receio da perda do emprego.

Ela observa também que o psicólogo pertence a um determinado grupo de trabalho que vai elaborando formas, que, logo, viram normas de funcionamento, a partir, exclusivamente, de sua prática. “As normas que se formam nesse empirismo vão delineando uma espécie de ética particular”, alerta. Lídia disse não ter conhecimento de casos de violação da ética por exigência hierárquica na área jurídica.

Patrícia Garcia salienta que é preciso que o próprio psicólogo coloque sempre suas responsabilidades e seus limites, do ponto de vista da ética profissional, nos contextos nos quais atua. Só através da possibilidade

de compartilhamento, no qual o psicólogo mostra-se consciente de quais são os seus objetivos com seu trabalho, para qual norte direciona sua intervenção, é que se pode provocar mudanças nos contextos nos quais o profissional está inserido. “Manter o diálogo constante é necessário para levar os princípios que a categoria definiu como pilares, tentando construir conjuntamente uma ética social pautada por esses preceitos de dignidade, respeito, integridade, bem-estar e qualidade de vida”, diz. ●



## Processos Éticos

### Relacionamento íntimo-sexual no setting terapêutico

B. tinha 12 anos quando iniciou atendimento com um psicólogo. Após seis meses, este passou a realizar o que denominava “relaxamento”, onde tirava a roupa da paciente, passando as mãos e beijando seus seios e região genital. B., tanto pelo seu desconhecimento sobre os limites teórico-técnico daquele atendimento prestado, quanto pela confiança que havia sido estabelecida no profissional, foi interromper o atendimento após um ano de acompanhamento.

Anos depois, B. desabafou com os pais. Considerando os fatos e os traumas e inseguranças causados à filha, foi registrado boletim de ocorrência, sendo feita uma representação criminal contra o referido profissional.

Além de toda a tramitação na justiça comum que o julgou enquanto cidadão, a situação foi também denunciada junto ao órgão de classe responsável pela garantia da prestação de serviço de qualidade à sociedade em geral. Foi através da abertura de um processo no Conselho Regional de Psicologia que se pôde apreciar e julgar, do ponto de vista do exercício profissional, os atos cometidos quando da atuação profissional, ou seja, quando imbuído do papel de psicólogo.

O Conselho Regional de Psicologia considerou os fatos uma grave violação aos preceitos da profissão, expressados através dos Princípios Fundamentais I, III, VI, VII e dos artigos 1º (alíneas a, c, f), 2º (alíneas e, n) do Código de Ética do Psicólogo (\*1).

Evidencia-se que o psicólogo, utilizando-se do seu papel profissional e do vínculo terapêutico estabelecido com pessoa por ele atendida, pressionava e induzia a jovem a despir-se e aceitar carícias, oprimindo-a e violando sua integridade física e psíquica. Além da indução, centralizava os atendimentos em função das suas necessidades sexuais, interferindo completamente tanto no atendimento, como também teve reflexos em anos subseqüentes na vida pessoal do atendido.

Lembramos que o Estatuto da Criança e Adolescente (Lei 8.069/90) preconiza que nenhuma criança ou adolescente será objeto de violência, crueldade e opressão por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais, sendo dever de todos zelar por sua dignidade. E ainda, para além do que está estabelecido sobre as garantias de direitos destes e de qualquer outro cidadão, é inequívoco o entendimento de que o psicólogo, no exercício de sua profissão, não deve utilizar-se de seus conhecimentos, de seu lugar reconhecido, tanto socialmente como em cada relação que se estabelece a partir do vínculo profissional, como instrumento/meio de violência e opressão.

Fazer uso dos saberes e práticas psicológicas, única e exclusivamente, em benefício próprio, promovendo ações que implicam em grave violação dos direitos da pessoa atendida, é crime e claramente explícita um rompimento com ética profissional.

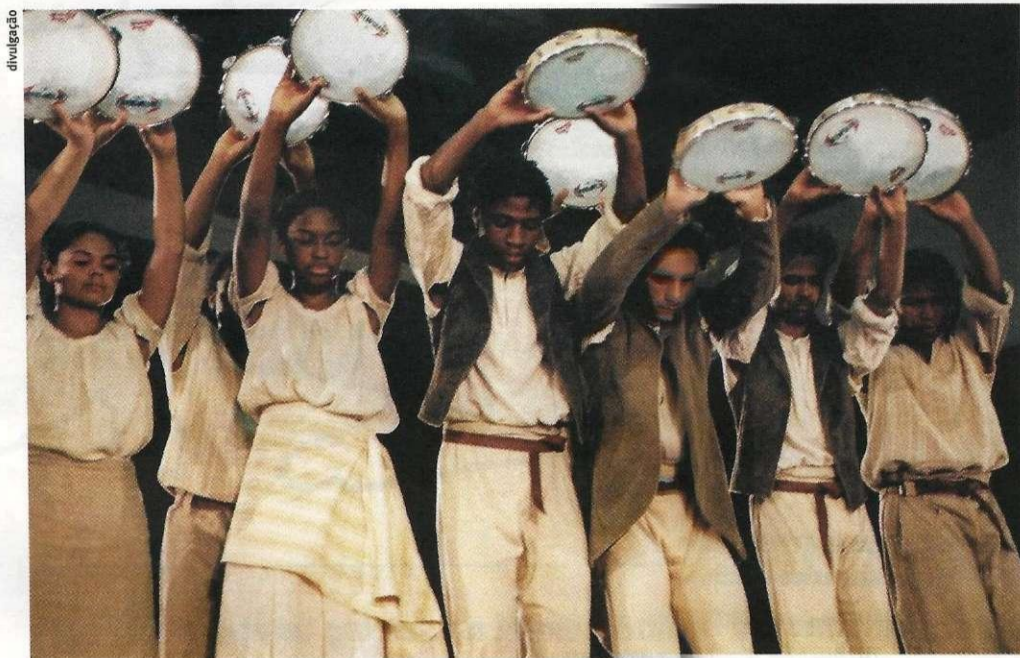
(\*1) Resolução CFP N.º 002/1987 - Código de Ética vigente até 26/08/2005.

(Artigos da Resolução CFP N.º 010/2005 - Código de Ética vigente a partir de 27/08/2005 relacionados ao tema exposto: Princípios Fundamentais I, II, IV e VI, Art.1º, “b” e “c”, Art. 2º, “a”, “b” e “j”).

Todo Processo Ético é julgado a partir do Código de Processamento Disciplinar - Resolução CFP 006/01 (Código de Processamento Disciplinar), que pode ser encontrado no site: [www.crpssp.org.br](http://www.crpssp.org.br) - item “legislação”.

# Jovens ampliam horizontes através da dança

Projeto social enraíza diferentes culturas e expande os horizontes profissionais na periferia de São Paulo.



divulgação

Em meio à desconstrução de políticas públicas engendradas pelo próprio Estado, notícias de projetos sociais desenvolvidos por entidades civis são um sopro de alento. Na cidade de São Paulo, exemplos não faltam. Mas um que chama a atenção é o Dança Comunidade, uma parceria entre o SESC e a Escola de Reeducação do Movimento Bertazzo, idealizado pelo coreógrafo e terapeuta corporal Ivaldo Bertazzo. Desde maio de 2003, o projeto promove um trabalho socioeducativo com jovens da periferia com a participação das ONGs Novo Olhar - Favela Pantanal; Ação Comunitária Tiradentes - Cidade Tiradentes; Projeto Samaritano São Francisco de Nossa Sra. Aparecida - Ermelino Matarazzo; Associação Sarambeque - Jardim Monte Azul; Movimento de Promoção Humana Arrastão - Campo Limpo; e a Fundação Gol de Letra - Vila Albertina.

Envolvendo especialistas de diversas áreas, desde coreógrafos, professores de lingüística - que trabalham a expressão verbal e a interpretação de texto -, assistente social, pedagogo, equipe de produção e psicólogo, o Dança Comunidade formou uma rede de profissionais que trabalham em prol do benefício social e educacional de 41 jovens.

Antônio Augusto Telles Machado, psicólogo do Dança Comunidade desde o ano passado, conta que o projeto do Ivaldo com os jovens ganhou força no Rio de Janeiro, no Complexo da Maré, em 2000, no trabalho que desenvolvera com 70 adolescentes entre 12 a 20 anos de idade. Foram realizados três espetáculos - Mãe Gentil

(2000), Folias Guanabaras (2001) e Dança das Marés (2002) -, levando a linguagem dos elementos da dança indiana, diferentes culturas à realidade dos jovens e aos referenciais de suas próprias comunidades. Os elementos de fora permitiram "dar novos significados ao movimento corporal", diz.

Resultaram desse projeto dois espetáculos: Samwaad - Rua do Encontro, em 2004, visto por mais de oitenta mil pessoas

em São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro; e depois Milágrimas, que terminou sua temporada no Sesc Pompéia em abril deste ano, em São Paulo, e que logo vai percorrer outras cidades e Estados.

"O trabalho tem uma cara diferente do que foi desenvolvido no começo. O projeto ganhou novos contornos e a percepção dos profissionais também evoluiu para acompanharmos o amadurecimento dos jovens e o novo momento no qual estamos atravessando, que é uma fase em que os jovens se desenvolvem como educadores. Essa é a hora da multiplicação do esforço que foi feito, houve um investimento significativo de recursos, de pessoas, de profissionais, e esses jovens agora vão repassar esses ensinamentos para sociedade", continua Antônio.

Cecília Cação, pedagoga do Dança Comunidade, explica que a transmissão do conhecimento adquirido nesses anos é uma das finalidades do projeto, que procura formar os adolescentes arte-educadores, tornando-os aptos a ensinar. O trabalho corporal e os ensaios para aprimoramento e burilamento dos espetáculos, focos do projeto, exigem grande concentração, coordenação, compromisso e empenho dos jovens, o que significa um aprendizado precioso para a vida de cada um. Cecília diz que é grande o envolvimento dos dançarinos nas atividades socioeducativas, nas aulas de história da dança e de lingüística, onde se aperfeiçoam a expressão verbal e a escrita, nas aulas que



integram a dança com o canto, e mesmo nos grupos de reflexão, quando se discute também o futuro profissional. O atendimento em grupo é feito uma vez por semana e o acompanhamento individual sempre que necessário, com orientação de estudos e assessoria nas dificuldades particulares. Ela lembra que, em janeiro deste ano, os jovens ganharam aulas teóricas e práticas de Reeducação do Movimento, parte de um curso que a Escola Bertazzo oferece a profissionais, especialmente fisioterapeutas.

Cecília tem uma ação direta com os jovens, no sentido de incentivar os estudos. "Eu visitei as escolas do grupo. A partir daí, desenvolvemos um acompanhamento tanto em relação a falta e notas, avaliando o desempenho escolar, como também uma interação entre o que eles aprendem aqui com o conhecimento adquirido nas instituições", completa ela.

O resultado desse trabalho é que dos 41 jovens, 14 concluíram o ensino médio; 24 estudam, sendo 20 no ensino médio, três, no superior e uma, no fundamental. Apenas três não concluíram o ensino médio e estão sendo encaminhados para o supletivo. "Quando visito as escolas, é muito comum ouvir que o jovem, depois que entrou no projeto, está diferente, que se dirige às pessoas de outra maneira, tem amizades, sabe ser solidário, tem mais consciência do seu papel", anima-se.

Antonio Augusto acredita que o maior benefício que os jovens recebem é a possibilidade de transitar e se aproximar de diferentes universos, culturais e sociais. "Ver que existe outra perspectiva. Traçar esse diálogo com a família e a comunidade dá um poder de escolha que tal-

vez eles não tivessem se não estivessem envolvidos com a dança. O fortalecimento deles como seres humanos, o fato de não serem marcados pela imagem de jovem carente - que vive envolto pela violência, pelas drogas e miséria, rótulos que abrem brechas para preconceitos -, é o fator mais rico", diz.

Cecília Cação acrescenta: "é de grande importância na vida dos jovens a ampliação de horizontes através do contato com outros espaços, pessoas e culturas". Segundo ela, todo esse ensinamento os acompanhará para toda a vida, contribuindo para a construção dos adolescentes como indivíduos e cidadãos.

O público que assistiu às apresentações, segundo Antônio, sempre demonstrou reação de encantamento. "A forma como o espetáculo é encenado, a força com que é dramatizado atinge as pessoas em diversos níveis emocionais. A diversidade cultural e o amplo repertório de movimentos, que mistura diversos estilos de dança, como a clássica, a contemporânea, a africana e oriental, com o hip hop e a dança de rua, evocam sentimentos diversos", descreve. "A coreografia não é só o gesto pelo gesto ou a técnica pura e simples, mas vem com conteúdo, tem a ver com a história desses jovens. Eles conseguem transmitir essa força interior no gesto e na estética. É um trabalho que, contribui como psicólogo, para que eles se aproximem deles mesmos e expressem essa relação no movimento", diz Antônio.

Além da reflexão, Antonio os ajuda a ter uma postura mais intensa que, por sua vez, os auxilia a se portar com mais propriedade na vida particular, aplicando a aprendizagem do universo da dan-

ça ao cotidiano, a outras áreas de suas vidas. "Têm-se essas metas da reflexão e de dar um suporte na profissionalização e na assimilação da nova realidade da vida deles, porque o projeto é muito dinâmico", afirma. O trabalho psicológico é realizado toda semana nos grupos de reflexão e, quando necessário, Antonio faz o acompanhamento individual.

Há ainda muita atividade reservada para esses dançarinos, seja ajudando a escola em aulas que o coreógrafo Ivaldo Bertazzo ministra, ou participando como assistentes de novo projeto que vai ser iniciado na prefeitura de São Paulo nos próximos meses e que vai atender cem jovens, de 15 a 17 anos de idade. ●



INFORME PUBLICITÁRIO

## COMO TRABALHAR O CORPO EM UMA SESSÃO DE PSICOTERAPIA?

### Curso de Formação Inicial em Análise Bioenergética e Técnico Terapeuta Acupunturista



**Escola CETAS - Há 14 anos formando novos profissionais da área da saúde**  
**Escola Autorizada pela Secretaria de Estado da Educação**  
**Rua Correia Dias, 466 - Paraíso (100 metros do metrô) - SP**  
**tel. 5549.6910 e 5539.1271 - [www.cetas.com.br](http://www.cetas.com.br)**

# A convergência como possibilidade de emancipação da comunicação digital



Se o avião tivesse sido inventado pelo Ministro Hélio Costa, ele certamente andaria muito rápido e confortável pelas autoestradas deste Brasil, mas provavelmente não voaria. Ou seja, a maior invenção do século XX não cumpriria seu destino se alguma fábrica de automóvel, através de regulamentação, resolvesse manter o avião no solo. Pode parecer exagero, mas tudo indica ser este o desejo do ministro, até agora não desmentido publicamente pelo seu governo. As empresas de radiodifusão e o ministro parecem querer reduzir a digitalização da televisão à alta definição, deixando de lado todas as possibilidades, tais como interatividade, multiprogramação e multiserviços que esta revolução tecnológica traz.

A implementação da digitalização da TV no Brasil reproduz assustadoramente, no geral, a forma como se deu, historicamente, a elaboração das políticas públicas do setor. Reduzido aos aspectos tecnológicos desde seu aparecimento, nos final dos anos 90, em pleno governo FHC, o debate sobre o tema sempre foi conduzido pelas empresas interessadas nesse promissor negócio desenhado pelas novas tecnologias. A partir de uma pesquisa promovida pelo consórcio SET/ABERT apresentada, em 1999, a Anatel adota a indicação do chamado padrão japonês e, através de consultas públicas tenta consolidar esta escolha. Isso desencadeia reações em vários setores da sociedade.

A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), através de um mandato judicial, interrompe a audiência na sede da Anatel e ajuda a suspender o processo de implementação da digitalização que havia começado, segundo o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), de maneira enviesada a partir da escolha da tecnologia a ser adotada e não a par-

tir da pergunta lógica: que digitalização queremos?

O governo Lula inicia com o anúncio positivo de reverter o processo anterior e atribuir ao país um papel protagonista no cenário internacional e cria o Sistema Brasileiro de Televisão Digital, com um inédito espaço público, o Comitê Consultivo, para onde estava previsto o debate e as negociações entre as mais de vinte entidades da sociedade civil indicadas. O SBTvD havia incorporado também algumas críticas de entidades como o FNDC e previa como eixos a inclusão social como resultado da convergência tecnológica, o estímulo à indústria nacional e à produção regional.

O desenrolar do processo, no entanto, é decepcionante. O Comitê Consultivo que deveria dar o início à discussão e estabelecer, a partir dos conteúdos a transitarem nessa nova tecnologia, as bases de acordo para a transformação, é a última etapa do sistema a ser instalada e nunca chegou a funcionar realmente. A FENAJ e o FNDC foram entidades que sempre denunciaram a inoperância desse comitê sabotado sistematicamente pelo Ministério das Comunicações, principalmente na gestão do Hélio Costa, que conduziu o processo absolutamente sintonizado com os radiodifusores, em especial com a Rede Globo, porque, segundo ele, serão quem "pagarão a conta" da transição do sistema analógico para o digital. Assim, desmantela de vez o Comitê Consultivo, retoma o debate simplificado a partir da escolha do "padrão" a ser adotado e cria um comitê *ad hoc* com as empresas de radiodifusão para onde desloca a negociação real, mas nunca pública.

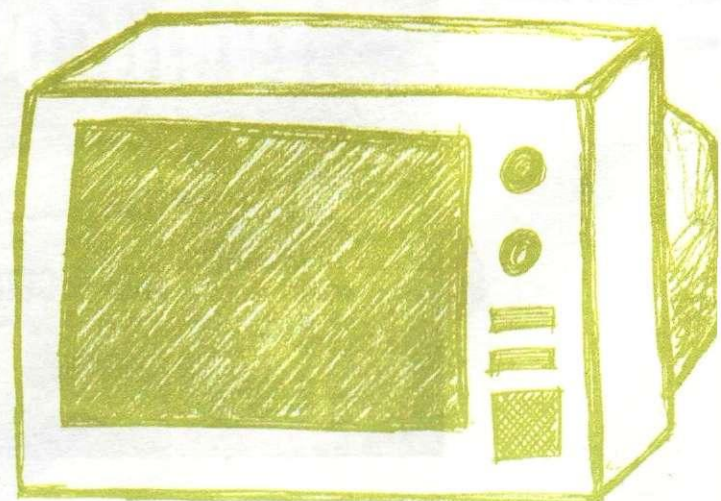
Ignora que a digitalização, mais do que simplesmente um *upgrade* tecnológico, é, na verdade, uma mudança de pa-

radigma que criará uma nova cadeia produtiva, com novos agentes econômicos e sociais. Não leva em conta, também, os consórcios universitários pagos pelo próprio governo e que produziram, de maneira geral, soluções inteligentes e originais para os problemas propostos. Enfim, junto com as empresas de radiodifusão desenha cuidadosamente o avião que não deverá decolar.

Tardiamente, outros segmentos começam a se dar conta que em função de um acordo eleitoral mais uma vez uma política pública de comunicação, talvez a mais importante delas, está sendo elaborada pela rede hegemônica de comunicação do país. As empresas de telecomunicação, gigantes beneficiadas na controvertida privatização, a indústria de equipamentos e componentes, a radiodifusão pública, entre outros, se autoconvocam no Comitê Consultivo e assinam, com exceção da SET, um documento que, encaminhado ao presidente da República, denuncia o não cumprimento, por parte do ministério, do decreto que criou o SBTvD, deslegitimando, assim, qualquer decisão nesse momento. Num esforço de dar ao avião as condições mínimas de voo, essas entidades alertam para os problemas graves de uma adoção de digitalização reduzida à televisão e sem as características de convergência, primeiro, porque não reorganiza nem descentraliza o sistema existente, depois, não atualiza a produção industrial brasileira e não prepara o país para a era digital. Alertam ainda essas entidades que o debate, a partir do viés tecnológico, não racionaliza a nova cadeia produtiva e mantém o *status quo* da radiodifusão. Sem querer desinventar o automóvel, alertam que se está falando muito mais do que sobre a digitalização da TV. Estamos num novo momento, mais ou menos similar de quando tivemos que escolher no debate do aço e do petróleo em meados do século vinte. Voaremos, emancipados, ou andaremos confortavelmente e submissos pelo chão.

## Celso Augusto Schroder

jornalista, coordenador geral do FNDC, secretário geral da Fenaj e professor do curso de Comunicação da PUC-RS



# Etnias latino-americanas em movimento

Os povos indígenas do continente tentam reação ao assédio civilizatório.

A agressividade do contato da sociedade moderna com os povos indígenas, além de criar certa relação de dependência desses grupos com a estrutura econômica dominante, assola o tradicional modo de produção das etnias, o ecossistema em que estão inseridos, comprometendo inclusive sua sobrevivência cultural. Mas, de modo curioso, segundo Marcos Pereira Rufino, antropólogo e professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, as culturas indígenas têm reagido ao assédio constante. A reação se dá de maneira espontânea ou resultado da articulação num cenário macro que atinge a América Latina.

Na troca com a civilização consumista, diz Rufino, os povos reconstruem os valores e sentidos do muito que incorporam; tentam recriar uma realidade que se identifica a suas tradições a partir dessa troca. Em primeiro plano, as etnias reforçam a resistência às clássicas ameaças (sustentabilidade e proteção das terras indígenas à ação predatória de frentes de expansão econômica), organizando-se até em dimensão continental. “A própria experiência política dessas lideranças circulam, por meio dos encontros, assembleias e atividades comuns, por entidades diferentes em grupos e países distintos”, diz.

O antropólogo e historiador José Maurício Arruti atesta um crescimento e institucionalização dos movimentos indígenas nacionais na América Latina. “Isso se verifica a partir de meados dos anos de 1960 e da criação de organizações de representação indígena internacionais, na década de 1970”, lembra. Segundo ele, no Equador, o movimento indígena começou a se organizar, em 1964, com a Federação do Povo Shuar (bacia do Amazonas) e se expandiu ao longo dos vinte anos seguintes, assumindo progressivamente um caráter panindígena e nacional, até que, em 1986, surgisse a Confederação Nacional Indígena do Equador (Conaie). Na Colômbia, o movimento indígena se institucionalizou, em 1971, com a criação do Conselho Regional Indígena do Cauca.

Ainda que tenham tido grande participação no processo constituinte de 1991, quando fizeram constar várias conquistas, continuam sendo criminalizados pelo Estado colombiano que, depois de 2001, acompanhando a política norte-americana, passou a rotulá-los como organização terrorista. No Chile, os Mapuches formaram, desde 1970, sua organização como forma de resistir aos esforços governamentais de dividir suas terras. Mas no início dos anos 1980, tendo firmado aliança com outros setores populares, tornaram-se importantes atores no processo de redemocratização nacional.

Ainda de acordo com Arruti, no Brasil, a organização indígena assume caráter nacional no final da década de 1970, com o primeiro encontro de lideranças indígenas em Brasília, em 1978, que precedeu a criação da União das Nações Indígenas (UNI), em 1980. No plano internacional, talvez a mais importante organização indígena seja o Conselho Mundial de Povos Indígenas (WCIP), criado, em 1975, com povos da América do Norte,

do Ártico e do Pacífico. Com encontros bianuais, o WCIP foi ampliando sua base de representação até contemplar, no início de 1980, outros continentes, como a América Latina. Na sua quarta assembleia geral, realizada no Panamá, em 1984, o WCIP produziu o seu manifesto, em que enumerou seus princípios, entre os quais destacaram-se justamente três demandas pelo reconhecimento territorial, político (ao qual agregam o cultural) e jurídico. Essa agenda seria absorvida, ao menos parcialmente na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), 1989, sobre Povos Indígenas e Tribais. “Convenções como essas têm grande impacto sobre os ordenamentos jurídicos dos países signatários e passam a valer como lei depois de ratificadas por seus respectivos congressos e governos. O Brasil, por exemplo, signatário desta Convenção, ratificou-a no ano de 2001”, afirma ele.

Saulo Feitosa, vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário, cita uma novidade: o recente Encontro Continental dos Povos Guaranis de países como o Brasil, Paraguai, Argentina e Bolívia. O problema em comum era a ameaça de seus territórios pelas atividades das grandes hidrelétricas, empresas petrolíferas, madeireiras e do agronegócio. Não raro, as organizações amazônicas se articulam em megas movimentos para proteger as fronteiras legais, como é o caso da COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) e da FOIRNE (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro). “A partir do momento em que os povos no Brasil se relacionam com os de países como Equador e México, onde a luta é articulada de maneira mais ampla, unificando interesses indígenas e camponeses, eles identificam a possibilidade de ampliar suas articulações”, diz Saulo.

Ainda hoje, não se tem como dimensionar o grau de intercâmbio das experiências entre os povos latino-americanos. Mas da mesma forma que as entidades indígenas e indigenistas do continente tentam espelhar a legislação brasileira sobre garantias de direitos da estrutura social e territorial das etnias, por ser uma das mais avançadas, os povos voltam sua atenção para o que será executado no novo governo boliviano, do indígena Evo Morales. O antropólogo Mario Pereira Rufino acredita que a experiência de vitória de Evo animou muitos segmentos e organizações.

Para Rufino, continua sendo o maior problema das etnias latino-americanas a sustentabilidade econômica das terras que garanta a sobrevivência física e cultural das comunidades, mesmo no Brasil - cuja legislação, como explica Saulo Feitosa, qualifica inquestionavelmente o território indígena segundo a “tradicionalidade”, onde há componentes de referência da cultura indígena (as florestas, os rios, os montes). Nos demais países, esse conceito não existe.

“No Paraguai, tentaram, em 2005, aprovar uma lei que limitava em muito o tamanho das terras de acordo com a disponibilidade de áreas, desconsiderando a tradicionalidade. Só não vingou, porque os indígenas fizeram

uma grande mobilização”, afirma Feitosa, do CIMI. Na Argentina, segundo ele, os critérios mudam de província para província.

Por estar sob constante ameaça, as organizações tentam há sete anos no âmbito das Organizações dos Estados Americanos (OEA) criar uma declaração americana sobre direitos dos povos indígenas. “O conceito de ocupação tradicional, de terra demarcada impede os avanços. Na OEA, eles trabalham muito com a ideia de reserva, como foi instituído nos Estados Unidos; ou seja, confinam os indígenas numa terra estranha que não é a deles”, explica Saulo Feitosa.

Esses entraves são próprios da teoria social, que concebeu o Estado. Segundo José Maurício Arruti, a noção de Nação que emergiu no século XIX e continua hegemônica entende que os “grupos atrasados” na evolução dos corpos sociais acabam sendo anexados, adotando todos uma mesma forma cultural. Daí, a falta de preocupação em manter as terras originais às etnias.

Se antes a subjugação era feita à força da cruz e da espada, agora ela tenta se firmar por meio da expansão econômica e do acultramento. Mas Arruti também percebe um movimento de resistência até em termos demográficos.

“A perpetuação desses grupos e suas formas de identificação diferenciada no seio das sociedades nacionais é um fenômeno surpreendente em si mesmo. Quando é possível contar a população indígena, ela aparece em franco crescimento, invertendo a tendência dominante até o último quarto do século XX”, diz. Hoje, cerca de 10% da população latino-americana pode ser classificada como indígena. Ela é maioria (ou quase) na Bolívia, Guatemala e Peru. No Equador, representa entre 30 e 40% da população total e no México, entre 15 e 20%. Nos outros países, os dados disponíveis não permitem falar em mais de 6% em cada um, mas as informações são muito precárias e distorcidas. No Brasil, por exemplo, onde essa percentagem é relativamente baixa (cerca de 4% da população total foi recenseada como indígena), assiste-se ao fenômeno do crescimento dessa população. É um crescimento vegetativo (aumento da natalidade) e pela etnogênese, ou ainda, pelo processo de auto-identificação como indígena de parte da população até então contabilizada como branca, parda ou negra.

“Há uma postura de auto-preservação diante do assédio civilizatório, de resistência negociada, de manutenção e reinvenção continuada de suas memórias”, afirma José Arruti. Ele acrescenta que o projeto que vem sendo esboçado pelos movimentos indígenas na América Latina não passa pela constituição de novas homogeneizações, mas pela ruptura com a lógica do Estado Nação, em nome de um formato pluralista e tolerante. ●



# A Vida em Rebelião, jovens em conflito com a lei



A vida em rebelião, jovens em conflito com a lei  
 Maria Cristina G. Vicentin

“É para vocês acreditarem”, diziam os internos aos promotores e advogados, ao mesmo tempo em que arremessavam pedaços de corpos de outros internos carbonizados, durante a rebelião de agosto de 1999, no Complexo Imigrantes. “Morte como essas nunca tinha tido. Pelo jeito das mortes, foi diferente. Tacaram fogo, deceparam a cabeça do moleque e jogaram do outro lado! Não existia uma morte destas, senhora!” O que há para ser compreendido nas rebeliões dos jovens internos da Febem para além da irracionalidade que elas aparentam?

Esse foi o desafio que “A Vida em Rebelião – jovens em conflito com a lei” se propôs a enfrentar, resultado da pesquisa de Maria Cristina G. Vicentin no Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade da Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-SP, onde defendeu sua tese de doutorado, em 2002. Conectando sua produção de conhecimento na academia à construção de novas formas de trabalho, Vicentin se coloca contra “as práticas institucionais de controle e esmagamento de toda expressão de dissidência, desobediência ou diversidade.”

“...se houvesse algum indício de verdade na alegada tortura praticada contra os internos, jamais a direção colocaria à disposição das famílias um meio de denúncia tão expressa”, defende-se o sindicato dos trabalhadores, referindo-se a pedaços de pau, barras de ferro e cabos de vassoura encontrados dentro de um saco de lixo da Febem, menosprezando as imagens de vídeo em que funcionários espancam internos. Como qualificar uma democracia que tolera e sustenta o grau de violência ao qual os jovens em conflito com a lei estão sendo submetidos? Como, após 15 anos com o ECA em vigor, uma instituição como a Febem ainda existe?

Assim, a autora inicia seu relato chamando a atenção para a responsabilidade da sociedade ocidental moderna na construção da “particularidade da infância”. Esse construto histórico, chamado infância, revela-se em uma série de práticas voltadas às crianças. Por exemplo, na década de 80, na França, 40% das crianças estavam “...excluídas do circuito de escolaridade ‘normal’...portando carteira de identidade correspondente ao estatuto de invalidez”. Qual a nossa participa-

ção nessa inadaptação? Conformar as crianças à norma, pelo desafio de fazer com que se adaptem ao modelo, aparece como uma marca forte nesse processo.

A juventude também é impactada pelo lugar que a ela é destinado: o da “subcultura marginal e delinqüente”, da “população em risco”, o da “...etapa transitória, na qual se está, mas todavia, não se é.” Definida pela sua negatividade, a marginalidade passa a ser o destino de uma parte significativa da juventude. Em busca de sua positividade, Vicentin parte de características como a “mutação, a deriva e a rebelião como aquilo que justamente é a riqueza da adolescência e não sua angústia ou seu desatino”. A autora convida a juventude justamente aí, na sua “capacidade disruptiva de embaralhar os códigos”, de colocar nossas convicções em xeque e de inovar.

E recorrendo às palavras de René Lourau, a autora vai marcar com força o modo como a nossa sociedade se relaciona com a infância e a juventude ao produzir práticas de controle e responder a um mandato social de “institucionalizar esses animais selvagens, mentirosos, predadores, perversos para que o Estado possa dormir em paz.” É contra esse movimento que se insere seu trabalho e sua militância.

Não é de surpreender então sua escolha pelas rebeliões de jovens internos no sistema Febem como foco da pesquisa, assim como sua opção por traçar uma história também a partir de relatos dos próprios jovens, colocando-os no centro desse trabalho. Podemos, então, escutar suas falas, dentre elas a de Maguila, um menino que usou a última coisa que tinha para registrar a violência que lhe era infligida, o próprio corpo.

“Não! Vamos morrer aqui para ter a prova de que os ‘pirril’ bateram em nós.” Com base nos documentos que constam nos processos instaurados para apurar as rebeliões, um cuidadoso trabalho documental é apresentado, dando voz e sentido a Boletins de Ocorrência, a historizações do Ministério Público, a “recados” da diretoria da Febem a coordenadores de turno, aos próprios coordenadores de turno, aos pais dos internos, entre outros. Vão se desmascarando as “estratégias biopolíticas” de controle e esmagamento da juventude, revelando a complexidade escondida num acontecimento que vem à tona como mais um motim de delinqüentes.

“Corpo como prova”, “rebelião como dispositivo de fala”, “rebelião-justiçamento”, “condenados à rebelião”, “rebelião indiciada e criminalizada”. Esses são alguns dos muitos sentidos atribuídos às rebeliões e revelados nesse trabalho. Interessada nos modos de subjetivação da juventude, a autora coloca os jovens internos da Febem como parte de um contexto que apresenta um fato forte demais para ser negado: no Brasil, os maiores índices de mortes violentas se encontram na faixa etária entre 15 e 24 anos. Ou seja, es-

cutar as rebeliões desses jovens e compreendê-las nos ajuda a escutar e compreender a juventude como um todo. Revelar as “estratégias de controle e esmagamento de toda desobediência e diversidade” operadas dentro do sistema Febem, também nos ajuda a revelar o lugar destinado à juventude em nossa sociedade.

“...Buscamos fortalecer nosso corpo de trabalho, deslocando também alguns monitores e trazendo outros para compor nossa equipe...” Esse é um relato da diretora de uma unidade em que faz referência a um grupo de funcionários conhecidos entre os internos como “grupo de ninjas”, que entra nas unidades para espancar deliberadamente os adolescentes. Fazendo-nos sentir parte daquilo que os jovens sentem, Vicentin aponta para semelhanças do sistema Febem com as dos campos de concentração, equipamentos de extermínio que não existiriam sem o consenso de uma sociedade. E com o que está consensuando uma sociedade que anseia pela redução da maioridade penal, em que “bandido bom é bandido morto”, e para quem uma boa política de segurança pública é a da “Rota na rua”, a construção de mais Febems e presídios? A reeleição do Coronel Ubiratan para Deputado Estadual, em 2002, com 56.155 votos, é um sinal claro do que a população vem respaldando em termos de políticas públicas.

Assim, a autora explicita o paradoxo dessas rebeliões: ao mesmo tempo em que denunciam, também contribuem para a manutenção da situação desses jovens. “Uma resistência que não consegue escapar da trama institucional”. Aponta para a responsabilidade do mundo adulto com relação aos movimentos juvenis, no momento em que os agenciam, podendo configurá-los tanto a perspectivas destrutivas como a perspectivas de vida. Olhando para a positividade da juventude, a autora nos apresenta Meia-Lua. Sua história nos ajuda a ver como operam os mecanismos biopolíticos que se estruturam, desde a família até o Estado, e muito rapidamente segregam, marginalizam e tiram dos jovens qualquer futuro que não o da morte.

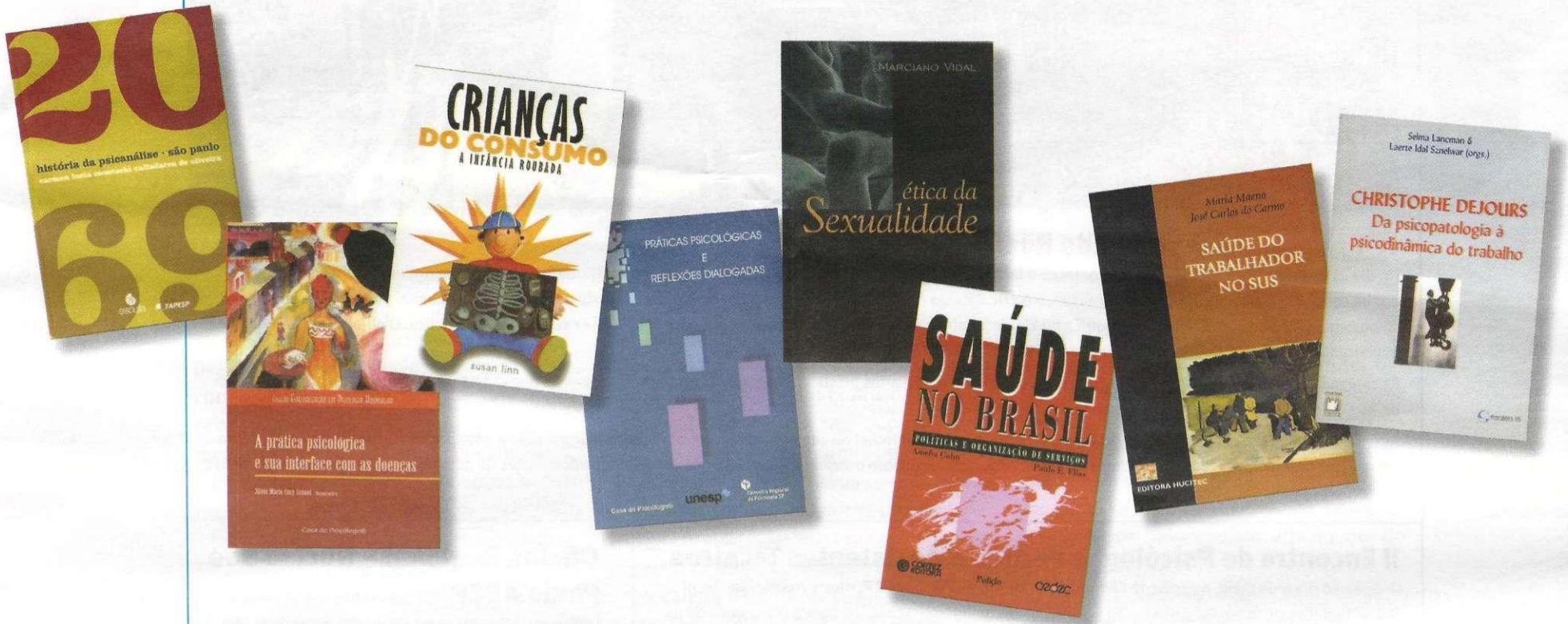
No entanto, também é possível ver como algumas “linhas de fuga” são traçadas a partir de movimentos de resistência que, à sua maneira, exigem e conquistam o direito à vida.

“Vão achar que estamos escrevendo uma ficção científica...não vão acreditar!” (interno da Febem, 17anos).

Boa leitura.

## Marcus Góes

Psicólogo clínico, coordenador do Projeto Pólos da Paz da Área de Juventude e Segurança Pública do Instituto Sou da Paz e membro da Comissão de Criança e Adolescente do CRP-SP.



**Saúde do Trabalhador no SUS - Maria Maeno & José Carlos do Carmo**

Este livro trata de uma parte da história da Saúde do Trabalhador, particularmente do Sistema Único de Saúde. Contextualiza avanços e recursos na trajetória da construção de políticas públicas na área, da década de 1970 aos dias de hoje, na visão particular dos autores, militantes da saúde pública no Estado de São Paulo. Acompanha DVD. 314 páginas - R\$ 35,00. Editora Hucitec - 2005. Tel.: (11) 3060-9273.

**Christophe Dejours, da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho - Selma Lancman & Laerte Idal Sznelwar (Orgs.)**

O livro traz uma compilação de textos do psiquiatra, psicanalista e professor francês Christophe Dejours e de outros autores renomados sobre o percurso teórico-metodológico de construção do campo da psicodinâmica do trabalho, que tem como referencial a psicopatologia do trabalho. Essa área do conhecimento científico tem se dedicado, desde a Revolução Industrial, no século XIX, ao estudo dos impactos da organização do trabalho na saúde mental do trabalhador. 348 páginas - R\$ 48,00. Editora Fiocruz / Paralelo 15 - 2004. Tel.: (21) 3882-9039, 3882-9007 ou 3882-9041.

**Saúde no Brasil, política e organização de serviços - Amélia Cohn e Paulo E. Elias**

Esta obra tem como objetivo analisar as políticas de saúde e a organização de serviços desta área no Brasil, recompondo a trajetória histórica. Os autores procuraram sistematizar, de forma didática e sintética, os principais elementos que permitem aos estudantes e profissionais da saúde coletiva no país disporem de maiores informações e identificar os principais problemas e desafios a serem enfrentados no setor. Cortez Editora / Cedec - 5ª Edição - 2004, 116 páginas - R\$ 17,00. Tel.: (11) 3864-0404.

**Ética da sexualidade - Marciano Vidal**

A sexualidade é uma das dimensões básicas da pessoa e um dos fatores fundamentais da vida social. Mas nem sempre ela teve uma consideração exata. Por isso, é necessário reconstruir uma compreensão integral e positiva do fenômeno humano da sexualidade. Falar de "ética" na sexualidade não é dar um "receituário casuístico" nem se dedicar a oferecer "lamentações patéticas". Pelo contrário, a ética da sexualidade consiste em apresentar um projeto de realização pessoal, inter-

peçoal e social em que a sexualidade ofereça as qualidades afetivas e de ternura de que precisa a vida humana. Com uma compreensão integral da sexualidade e mediante um conceito exato de ética, o professor M. Vidal aborda neste livro, traduzido por Maria Stela Gonçalves, os problemas mais candentes da vida sexual hoje: as relações sexuais pré-matrimoniais, o auto-erotismo, as relações extramatrimoniais, a homossexualidade, etc. 256 páginas - R\$ 35,80. Edições Loyola - 2002. Tel.: (11) 6914-1922, vendas@loyola.com.br

**Crianças do consumo, a infância roubada - Susan Linn**

Escrito por uma psicóloga, o livro revela como as crianças se tornaram o mais recente e imenso mercado explorado pelas grandes empresas e corporações. O maciço investimento em marketing dirigido ao público infantil - com valor estimado em US\$ 15 bilhões anuais somente nos EUA -, é visto pela autora como uma ameaça aos esforços feitos pelos pais para estabelecer limites aos seus filhos. Os efeitos nocivos desse fato se estendem a outros aspectos, como diz Linn: "o marketing para crianças enfraquece os valores democráticos, ao encorajar passividade, conformidade e egoísmo. Ameaça a qualidade do ensino, inibe a liberdade de expressão e contribui para problemas de saúde pública como obesidade infantil, dependência de tabaco e consumo precoce de álcool." Tradução: Cristina Tognelli. Instituto Alana, 2006. R\$ 39,00 / 342 páginas. (11) 3766-9015.

**A prática psicológica e sua interface com as doenças - Sílvia Maria Cury Ismael**

Sabe-se que quando o ser humano entra no hospital leva consigo problemas, inseguranças, dificuldades familiares e de trabalho. Esses aspectos podem servir de catalisadores no que diz respeito ao adoecimento físico e suas repercussões no emocional. Daí a importância e a necessidade da atuação do psicólogo no contexto hospitalar. Para tanto, é necessário que esse profissional, que cuida unicamente do emocional, esteja instrumentalizado para dialogar com as diversas áreas relacionadas. Com isso, se pensou, a partir de um curso de especialização em Psicologia Hospitalar, em reunir em dois volumes um apanhado de algumas das áreas relacionadas. Este livro, contudo, não pretende esgotar o assunto, mas sim incentivar o aprimoramento e o estudo dessa área do saber psicológico que só tende a crescer. Cada vez mais se tem exigido do psicólogo saberes específicos

dentro das possibilidades de sua atuação. Assim, deste livro surgiu a experiência prática de coordenação de um curso de especialização em Psicologia Hospitalar, em que se percebeu a necessidade dos alunos de compilar, num único material, parte da contribuição de outros profissionais da área. Este volume contém capítulos que foram escritos por vários profissionais que atuam na área de Psicologia, e objetiva oferecer um pouco da teoria e da prática adquiridas durante o percurso profissional. 280 páginas - R\$ 37,00. Casa do Psicólogo - 2005. Tel.: (11) 3034-3600.

**Práticas psicológicas e reflexões dialogadas - Organizadores: Débora Cristina Fonseca, Luiz Carlos Canêo e Rinaldo Correr**

Durante o período letivo, no campus da UNESP de Bauru, ocorre anualmente o programa "Conversando sobre práticas profissionais em Psicologia", no qual psicólogos apresentam experiências e reflexões sobre diferentes práticas profissionais. Os participantes, dialogam com os convidados, problematizando, fazendo relatos, buscando alternativas sobre as questões apresentadas, sugerindo, inclusive, novos temas. Dessas discussões resultaram os textos apresentados neste livro, que pretende ser o primeiro de uma série, procurando contribuir para a formação de graduandos em Psicologia, psicólogos em busca de novas inserções na área e outros profissionais interessados. Consolidar cada vez mais esse espaço é nosso objetivo. 170 páginas - R\$ 24,00 - 2005. Casa do Psicólogo / Unesp e Conselho Regional de Psicologia SP. (11) 3034-3600.

**História da Psicanálise - São Paulo (1920-1969) - Carmen Lucia Montechi Valladares de Oliveira**

Quais foram as diferentes vias e as particularidades constitutivas da psicanálise no Brasil? Este trabalho procura analisar as condições de possibilidade da implantação da psicanálise na cidade de São Paulo, por meio de uma narrativa que situa as diversas mediações que permitiram a constituição desse campo. Assim, ele busca recuperar tanto os traços desse movimento nas diferentes esferas do social, quanto os laços entre os elementos da história de um sistema de pensamento e os da história cultural do Brasil. 368 págs., 2006 - R\$ 40,00. Editora Escuta / FAPESP. Telefax: (11) 3865-8950 / 3672-8345 / 3675-1190.



### IV Prêmio Arthur Bispo do Rosário

No dia 21 de junho, na sede do CRP SP, aconteceu o lançamento do IV Prêmio Bispo do Rosário. A conferência de abertura foi de Jorge Antônio da Silva, pesquisador há cerca de 25 anos da obra de Arthur Bispo, e do Dr. Ricardo Aquino, psiquiatra e curador do Museu Bispo do Rosário em Jacarepaguá. Arthur Bispo viveu 50 anos como esquizofrênico numa clínica psiquiátrica no Rio de Janeiro e usou sua condição como tema para desenvolver sua produção artística. O objetivo do prêmio, que tem alcance estadual, é divulgar trabalhos de artistas usuários dos serviços de saúde mental.

As categorias da premiação são esculturas ou instalações, pinturas e artes plásticas em geral, fotografias ou imagens e poesias e textos diversos. Os prêmios variam de R\$ 500,00 e R\$ 1.000,00 a R\$ 1.500,00.

As inscrições podem ser feitas através da ficha de inscrição ou pela internet no site [www.crsp.org.br](http://www.crsp.org.br). O prazo máximo para a entrega dos trabalhos é 10 de outubro. Em novembro serão divulgados os trabalhos classificados e em dezembro ocorrerá a exposição dos vencedores. Informações no departamento de Eventos do CRP SP: (11) 3061-9494 ramais 151 ou 129.

### II Encontro de Psicólogos Peritos e Assistentes Técnicos

Ocorreu no dia 6 de maio, na sede do CRP SP, o II Encontro de Psicólogos Peritos e Assistentes Técnicos na tentativa de fomentar a discussão e formular conjuntamente subsídios para a construção de parâmetros direcionados a um exercício profissional de qualidade nessa área. As questões apontadas no primeiro encontro, do ano passado, como os limites do papel profissional do psicólogo que atua na área jurídica, a importância da formação específica, os requisitos mínimos na elaboração de documentos produzidos na área e a relação perito / assistente técnico, voltaram a nortear a edição deste ano. As discussões foram no sentido de estabelecer referências na área. A abertura do evento contou com a presença das psicólogas Dayse César Franco Bernardi, Evani Zambon Marques da Silva e Giselle Câmara Groeninga, que tratam do percurso histórico da inserção da Psicologia no Tribunal de Justiça do Estado de SP, da função do psicólogo perito e os limites de sua atuação no âmbito do Poder Judiciário e do papel profissional do assistente técnico na relação cliente/perito/juiz. A inserção do psicólogo no Poder Judiciário: o direito e a função legal do perito e do assistente técnico foi apresentado pelo juiz Luis Francisco Aguilar Cortez.

### Oficina Regional – Núcleo São Paulo ABEP

Com o tema: “Formação em Psicologia, Saúde Pública e SUS: O que temos? E o que queremos?”, aconteceu, nos dias 2 a 4 de junho, o a Oficina Regional da ABEP São Paulo, na UNI Paulistana – Centro Universitário Paulistano. A troca de experiência entre os cursos de graduação em Psicologia e a articulação para propor mudanças curriculares na área de saúde foram os temas centrais. Foi discutida a formação em Psicologia voltada para a saúde pública e o SUS, mobilizando inclusive os docentes e estudantes para a criação de um espaço de debate para corroborar essas mudanças e fazer com que os cursos de Psicologia cumpram sua responsabilidade social.

Os grupos de trabalho desenvolveram temas como Psicologia Organizacional e do Trabalho e Saúde do Trabalhador, Psicopatologia e rede substitutiva em Saúde Mental, atendimento clínico e atenção básica (UBS e PSF), Psicologia Social e Comunitária e promoção de saúde, Psicologia Hospitalar e atenção terciária, Psicologia Escolar e Educacional e Educação em Saúde. O eixo de problematização de cada grupo de trabalho foi verificar como formar profissionais qualificados para o SUS, como propiciar aproximações entre acadêmicos e profissionais na saúde, quais os conteúdos pedagógicos referentes à saúde coletiva que devem ser contemplados nos currículos de Psicologia, quais os conteúdos da Psicologia relevantes para o campo da saúde coletiva e também elaboração de propostas para reestruturações e formação em saúde pública.

Aconteceram nos dias 19 e 20 de maio as oficinas regionais da ABEP no ABCD e nos dias 26 e 27 do mesmo mês, em Campinas. Em junho, aconteceram também oficinas em Bauru, em Ribeirão Preto, em Araçatuba e em Santos, em Assis e no Vale do Paraíba.



### II Congresso Brasileiro PSICOLOGIA: Ciência & Profissão

Dos dias 5 a 9 de setembro, vai acontecer, na UNINOVE – Campus Memorial e Memorial da América Latina, em São Paulo, o II Congresso Brasileiro: Ciência e Profissão. As inscrições de trabalhos se encerraram no dia 24 de maio. O tema escolhido para o Congresso pelo Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira é “Enfrentando as dívidas históricas da sociedade brasileira”. A idéia é abrir um espaço para o diálogo da diversidade da Psicologia no Brasil, além de se tornar um lugar para o encontro da ciência e da profissão, e permitir que se consolide uma contribuição significativa na produção dos saberes e fazeres da Psicologia. Informações no site: [www.cienciaeprofissao.com.br](http://www.cienciaeprofissao.com.br) ou através do e-mail: [congresso@cienciaeprofissao.com.br](mailto:congresso@cienciaeprofissao.com.br). Telefone: 0800-7706605.



### III Psicoinfo e II Jornada do NPPI

O CRP SP e CFP, juntamente com o Núcleo de Pesquisas da Psicologia em Informática (NPPI), realizam nos dias 15 e 16 de novembro, na PUC SP, o III Psicoinfo, Seminário Brasileiro de Psicologia e Informática e II Jornada do NPPI. Os eventos vão dar continuidade e aprimoramento à validação de sites que prestam serviços psicológicos pela internet, além de estimular as universidades a produzir saberes que possam estreitar, de forma adequada, a relação da Psicologia com a informática.

Com os eventos, pretende-se organizar grupos de psicólogos que atuam na área e divulgar as referências produzidas no âmbito desses dois campos. Serão discutidos temas relacionados aos trabalhos dos psicólogos aplicados à informática, os serviços via internet, o uso da informática na prática profissional, a subjetividade e impacto da internet e da tecnologia, a informática aplicada à Psicologia (testes e instrumentos informatizados, softwares para Psicologia) e inteligência artificial, inclusão digital e interação do ser humano com computador.

A data para a inscrição de trabalhos encerra no dia 31 de agosto e pode ser feita pelo site [www.pol.org.br/psicoinfo](http://www.pol.org.br/psicoinfo). Mais informações acessar [www.crsp.org.br](http://www.crsp.org.br), e-mail [infoeventos@crpsp.org.br](mailto:infoeventos@crpsp.org.br) ou ligar (11) 3061-9494, ramais 151 ou 129.

### CREPOP faz radiografia dos psicólogos no setor público

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas deu seus primeiros passos para sistematizar e difundir no meio profissional o conhecimento e as práticas psicológicas aplicadas no setor público. No dia 29 de abril, no Fórum de Gestores com as subdesdes, realizado no CRP SP, o CREPOP adiantou que está recolhendo informações sobre os projetos desenvolvidos pela secretaria do Verde e do Meio Ambiente da cidade de São Paulo. Essa secretaria conta com 20 psicólogos em seu quadro funcional, dos quais apenas sete exercem essa função. O restante executa outras tarefas, seja dentro do departamento de Veterinária ou até mesmo no de Educação Ambiental. O CREPOP fará o mesmo levantamento em outros órgãos públicos e, a partir disso, vai montar um referencial para disponibilizar as experiências desses profissionais para a categoria a fim de ampliar a atuação do psicólogo na esfera pública e democratizar cada vez mais o acesso da população à Psicologia. Será criado um portal do CREPOP na internet até o final de 2006.

## Mapeamento de psicólogos que trabalham com povos indígenas

Sob a coordenação das conselheiras Lume-na Celi Teixeira e Elda Dunley, o CRP SP está mapeando os psicólogos que desenvolvem trabalhos com etnias indígenas. Pretende-se fazer um levantamento dos profissionais que desenvolvem trabalhos com a temática em órgãos governamentais como a FUNASA e a FUNAI, em ONGs, trabalhos independentes e ainda os que apenas estudam a questão, que cursam pós-graduação e desenvolvem pesquisas ligadas a universidades, com trabalho de campo, abrangendo toda e qualquer relação da Psicologia com a matéria. O cadastramento pode ser feito no site [http://www.crsp.org.br/a\\_servi/eventos/indigena/set\\_indigena.htm](http://www.crsp.org.br/a_servi/eventos/indigena/set_indigena.htm).

## Ação conjunta de fiscalização dos CRPs nas clínicas de trânsito

Realizada no dia 1º de junho, a fiscalização teve como objetivo fazer o levantamento preliminar das condições em que são realizadas as avaliações psicológicas para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação nas clínicas credenciadas pelo DETRAN. Além de se verificar a adequação técnica e ética dos profissionais, foi aplicado um questionário para caracterizar tais condições. Esta é a primeira fase de um projeto que visa traçar um panorama da situação do segmento no país, bem como, propiciar a discussão da circulação e mobilidade humana tendo em vista contribuir para sua melhoria.

No Estado de São Paulo, foram fiscalizadas 12 clínicas. As irregularidades encontradas em relação à avaliação psicológica podem resultar em habilitar motoristas sem as devidas condições psicológicas para bem conduzir um veículo. As demais informações obtidas comporão o relatório geral a ser divulgado pela Comissão Coordenadora da ação do CFP, que será encaminhado aos DETRANs de todo o país para serem tomadas as devidas providências.

## Eventos Preparatórios para o Fórum Regional de Psicologia e Saúde Pública

O primeiro semestre do ano foi movimentado por conta dos eventos preparatórios para o Fórum Regional de Psicologia e Saúde Pública. Desde abril, vêm ocorrendo encontros sobre o tema. Nos dias 19 e 20 de junho, os profissionais se reuniram para debater o tema "Violência na Saúde e a Saúde do Trabalhador" com a participação de autoridades e representantes do Centro de Referência às Vítimas de Violência, do Instituto Sedes Sapientiae, do Serviço de Atenção Integral à Mulher Sexualmente Vitimada do Hospital Pérola Byington, da PUC SP, USP, Central Única dos Trabalhadores e dos serviços de saúde do trabalhador no SUS.

Também em junho, no dia 9, aconteceu um encontro no CRP SP para comemorar a Luta Antimanicomial e debater as experiências de psicólogos em serviços e instituições de saúde mental. Os grupos de trabalhos debateram vários temas como os dispositivos terapêuticos nos serviços de saúde mental, o acolhimento a pessoas em situação de crise, a atenção às famílias, à criança e ao adolescente, a garantia de direitos e exercícios de cidadania e as intervenções na área da cultura e lazer.

E desde abril, foram realizados os Eventos Preparatórios para o I Fórum Regional de Psicologia e Saúde Pública. O tema geral "Contribuições Técnicas e Políticas dos Psicólogos para avançar o SUS – Sistema Único de Saúde" envolveu quatro eixos principais: os desafios políticos do SUS, a prática da Psicologia no SUS, as contribuições da Psicologia para avançar o SUS e a questão da formação dos psicólogos em saúde. Também se debateu a mobilização dos psicólogos para produzir propostas de intervenção da Psicologia na área de saúde pública.

As sugestões na forma de teses deverão ser entregues até o dia 7 de julho, na sede do CRP SP, e serão levadas ao I Fórum Regional de Psicologia e Saúde Pública, que vai acontecer entre os dias 3 e 5 de agosto. Em outubro, as propostas serão rediscutidas e farão parte do documento final que, por sua vez, será encaminhado aos órgãos competentes na esfera federal para devida apreciação.

O Fórum tem também o propósito de elaborar documentos sobre o exercício profissional do psicólogo na área de saúde pública. Esse material será encaminhado como sugestões aos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia para definição de diretrizes de intervenção do Sistema Conselhos e subsidiará o Centro de Referência Técnica de Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP).

Informações e inscrições para o Fórum Regional de Psicologia e Saúde Pública, a ser realizado do dia 3 a 5 de agosto, podem ser obtidas no Departamento de Eventos do CRP SP: (11) 3061-9494 ramais 151 ou 129 ou pelo site [www.crsp.org.br](http://www.crsp.org.br).

## Relatório do CFP e OAB aponta maus-tratos a adolescentes em 21 Estados

O Relatório de Inspeção Nacional nas Unidades de Internação de Adolescentes em Conflito com a Lei foi lançado, em junho, em Brasília, durante a X Conferência Nacional de Direitos Humanos pelo Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal da OAB. O material é resultado de visitas feitas em 30 unidades de internação em 21 estados brasileiros no dia 15 de março deste ano e apresenta recomendações às autoridades, entre as quais constam o pedido de instauração de procedimentos administrativos pelo Ministério Público para apuração das denúncias, a desativação das unidades-depositos assemelhados ao modelo carcerário, a priorização para as medidas socioeducativas em meio aberto e o cumprimento dos direitos assegurados pelo ECA e os princípios dos Direitos Humanos.

De acordo com as informações do documento, a Comissão recebeu reclamações e observou sinais de lesões provocadas por espancamento em 17 das 30 unidades visitadas. As unidades de internação teriam se tornado minipresídios, em vez de cumprirem o seu papel socioeducativo. Segundo o relatório, 24 unidades têm alojamentos "inadequados, precários, insalubres e superlotados", semelhantes a celas. E em 18 unidades, más condições de higiene e precariedade ou inexistência de atendimento à saúde. O dossiê será enviado a autoridades competentes em todos os Estados visitados.

INFORME PUBLICITÁRIO

|  |  |   |   |
|--|--|---|---|
| <b>CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO</b><br>CONSULTA PSICOLÓGICA<br>E PSICOTERAPIA | <b>NEUROPSICOLOGIA</b><br>540h - 18 meses<br>Público Alvo: Psicólogos<br>Certificado: IPAF | ABORDAGEM TEÓRICA<br>Sócio - História<br>Vygotsky - Luría<br>Leontiev | INSCRIÇÕES<br><a href="http://www.ipaf.com.br">www.ipaf.com.br</a><br>tel 5081 7905 |
| IPAF - INSTITUTO DE PSICOLOGIA APLICADA E FORMAÇÃO                       |  |   |   |

**I CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM NEUROPSICOLOGIA DO INSTITUTO NEUROLÓGICO DE SÃO PAULO**  
**Prof. Dr. Raul Marino Jr.**  
Início Agosto de 2006 - 50% de isenção nas matrículas realizadas até 30/06/06  
Com acesso ao laboratório de Neuroanatomia do Hospital Beneficência Portuguesa de São Paulo  
Informações pelos tels (11) 3082 9800 - 3082 9544 D.Neusa Visite o Site: [www.psicocursos.com.br](http://www.psicocursos.com.br)

**ESPECIALIZAÇÃO PSICOTERAPIA BREVE OPERACIONALIZADA**  
**PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU – UNIP**  
**COORDENADOR PROF. RYAD SIMON**

**Objetivo do curso:** Ajudar o paciente a encontrar soluções adequadas para situações-problema atuais; e superar crises adaptativas evitando regressão e promovendo crescimento.  
**Início:** Agosto/2006 - Duração: 18 meses  
**Local:** Campi da UNIP em São Paulo (paraíso) e Santos  
**Informações:** S. Paulo: Fones (11) 3666-1296, (11) 9177-0182 e Santos: (13) 3237-7307  
**e-mails:** ryad@usp.br; kayamato@terra.com.br; elidefelice@zipmail.com.br; prof.helioalves@gmail.com

visite  
nosso site  
[www.crsp.org.br](http://www.crsp.org.br)

**CURSO DE FORMAÇÃO EM ARTE TERAPIA**  
Em três módulos: História da Arte, Filosofia da Arte e Clínica da Arte. **Coordenação** Dr. Ronaldo Rothgiesser – Arteterapeuta, Psicanalista e Artista Plástico. **Duração** 1 ano **Horários:** quinzenalmente, sextas ou sábados.  
OATELIÉ arte&clínica | (21) 2522-6246 | rothgi@ig.com.br